FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL JEQUITIBÁ EM RONDÔNIA: O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS ASSENTADOS EM UMA DÉCADA (2007-2017)

ALDECIRA PINHEIRO MIRANDA

Porto Velho-RO
2017

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL JEQUITIBÁ EM RONDÔNIA: O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS ASSENTADOS EM UMA DÉCADA (2007-2017)

ALDECIRA PINHEIRO MIRANDA

Orientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva

Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional de Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento Sustentável e Diagnóstico Ambiental, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Porto Velho-RO
2017

D E D I C A T Ó R I A

Trabalho dedicado às famílias camponesas do PAF Jequitibá.

A Arthur Miranda Melo.

A meus pais: Aldo Miranda e Maria Madalena Pinheiro (in memorian)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido ao esforço coletivo de amigos, professores e família. Agradeço de modo especial àqueles que, diretamente contribuíram para a realização deste estudo: as 25 famílias do PAF Jequitibá, pessoas generosas e dispostas a contribuir com informações importantes para conclusão desta pesquisa.

Ao prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva, que teve paciência e compreensão para me orientar. Esteve sempre disponível e disposto a me ajudar. Obrigada professor!

Ao prof. Dr. Luiz Fernando Novoa Garzon e prof. Dra. Arneide Bandeira Cemin, por terem contribuído na defesa, obrigada.

À prof. Dra. Mariangela Soares de Azevedo.

Às amigas – e companheiras: Maria das Graças; Edilania, Érica Fernanda e demais colegas (morettianos/as) que, de uma forma ou de outra me ajudaram, e muito!

À Coordenação e professores do PGDRA.

À amiga Jeanne Machado, com quem sempre pude contar, que sempre me incentivou.

Ao INCRA – Sr. Ubirajara e dona Sônia

À equipe EMATER (Candeias do Jamari, Bion e Irani).

A Ricardo e Márcio (SEDAM).

A Júnior, Gorete, Tainá e Tatiane Siqueira, amigos queridos e grandes incentivadores. Obrigada!

À "turma das sete mulheres": Numydia, Glaura e Juliene, obrigada pelo apoio. Também Eloisa e Nislene.

À dona Izabel, por todo carinho nos muitos momentos de dúvidas, pelo incentivo, sempre a disposição, não só para atender, mas também para orientar nos caminhos da burocracia acadêmica.

À minha família, privada de tantos momentos que poderíamos estar juntos. Mas eles, mais que ninguém, compreenderam o meu objetivo, nunca saíram do meu lado, não me deixaram só, aonde eu fui, eles foram comigo, a cada visita ao PAF, lá estavam, a me ajudar: Mayara Oliveira, amiga/irmã, obrigada por tudo.

Às minhas queridas irmãs: Mira, Nice, Bá, Nani e Dedeca, amigas, companheiras e colaboradoras, assim como Edson e Jonahtan.

Ao Arthur, companheirinho de 10 anos de visita ao PAF Jequitibá, ele é a esperança de dias melhores para este País.

A Reniê de Souza, Keila Barbosa (mais que amiga, mestre!) pela correção da Língua Portuguesa, Eva, Andreia, Leandro e Romualdo, Abraão, Antônio, Cristiano e a Rejane Marques.

A todos que sempre me incentivaram, OBRIGADA!

RESUMO

O referido estudo investiga as condições socioeconômicas em que se encontram os camponeses assentados pelo INCRA no Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá em Rondônia, no período de 2007 a 2017. O objetivo principal da pesquisa foi analisar quais os impactos sociais e econômicos resultantes do processo de implantação e desenvolvimento dessa modalidade na vida dos assentados em uma década. Esta é a primeira experiência temática a desenvolver-se no Estado, em uma área onde várias famílias estão em processo de assentamento pelo INCRA desde 2007. Descrevemos a trajetória de 25 famílias que fazem parte do grupo de assentados, bem como mapeamos as situações de vulnerabilidade que estas se encontram dentro do assentamento. Trata-se de uma pesquisa descritiva na qual se utilizou técnicas de coleta de dados documental e aplicação de questionários. Os principais resultados do estudo indicam que os objetivos iniciais do Projeto não se concretizaram em sua totalidade, que em dez anos de implantação, a carência de infraestrutura, a burocracia, as questões jurídicas e a falta de atendimento adequado de políticas públicas aos assentados, impediram o total desenvolvimento da modalidade nesse período.

Palavras-chave: Política Agrária; Desenvolvimento Sustentável; Projeto de Assentamento Florestal.

ABSTRACT

This study investigates the socioeconomic conditions of the peasants settle by INCRA in the Jequitibá Forest Settlement Project in Rondônia, in the period from 2007 to 2017. The main objetive of the research was to analyze the social and economic impacts resulting from the implantation process and development of this modality in the lives of the settlers in a decade. This is first thematic experience to be developed in the State in a area where several families have been in the process of settling for INCRA since the year 2007. We describe the trajectory of 25 families that are already part of the settlement group, as well as we mapped the vulnerability situations that lie within the settlement. This is a descriptive research in which data collection techniques, application of questionnaires and interviews were used. The main results of the study indicate that the initial objectives of the Project did not materialize in its entirety, that in ten years of implementation, the lack of infrastructure, bureaucracy, legal issues and the lack of adequate public policies for settlers prevented the full development of the modality in this period.

KEY WORDS: Agricultural Policy; Sustainable; Forest Settlement Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa da 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia – 1988	24
Figura 2.	Mapa da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia – 2000	26
Figura 3.	Diagrama das fases de criação, implantação e estruturação de um assentamento	27
Figura 4.	Modelo de agrovila adotado para o PAF Jequitibá	31
Figura 5.	O PAF Jequitibá no município de Candeias do Jamari	39
Figura 6.	Margem do rio Ajuricaba (A) e acampamento do MCC (B) em 2007, LP-35	46
Figura 7.	Distrito de Vila Nova Samuel	48
Figura 8.	Situação da Linha de Penetração – LP-50 (A: fim da estrada. B: parte trafegável. C: carreador de acesso a LP-50 e LP-45 pela floresta)	54
Figura 9.	Vila Boa Esperança. Linha de Penetração – LP-35 (A: acampamento do MCC em 2007; B: Vila Boa Esperança, 2016)	55
Figura 10.	Poço amazonas com cobertura de cimento (A; B). PAF Jequitibá, LP-35	57
Figura 11.	Poço amazonas com cobertura de tábuas (A; B). PAF Jequitibá, LP-35	58
Figura 12.	PAF Jequitibá. LP-35 no período de intensas chuvas na região	64
Figura 13.	Atividade madeireira na LP-35 (A); Vila Nova Samuel (B). PAF Jequitibá	65
Figura 14.	Propriedade de 10 hectares - Sistema agroflorestal – LP-35 (A; B)	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Tipologia dos projetos de reforma agrária na Amazônia	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Regularização fundiária do PAF Jequitibá	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Demonstrativo percentual das propriedades nas Linhas de Penetração – LPs no PAF	51
Gráfico 2.	Origem dos assentados no PAF	52
Gráfico 3.	Água: abastecimento, tratamento e acondicionamento domiciliar	56
Gráfico 4.	Acesso a crédito rural pelos assentados no PAF	59
Gráfico 5.	Comercialização da produção dos assentados no PAF	60
Gráfico 6.	Renda média mensal dos assentados no PAF	61
Gráfico 7.	Nível de escolaridade dos assentados no PAF	64

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA/SR17	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional 17/Rondônia
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LM	Linha Marginal
LP	Linha de Penetração
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCC	Movimento dos Camponeses de Corumbiara
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento Federal

PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Plano de Integração Nacional
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PMFSC	Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA)
PNPF	Programa Nacional de Política Fundiária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
SEDAM	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental
SIPRA	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Termo de Concessão de Uso
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico e Ecológico
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1 ABORDAGEM TEÓRICA DA POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL 12

1.1 A questão histórica do campesinato brasileiro 17

1.2 A questão histórica do camponês brasileiro 18

1.3 A ocupação da Amazônia pelos programas governamentais 20

1.4 O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia como organizador do espaço 23

1.5 Origem e formação do PAF Jequitibá em Rondônia: uma proposta de sustentabilidade 26

1.5.1 Instrumentos normativos que regem a modalidade PAF 28
1.5.2 O PDA como instrumento de organização 32
1.5.3 O PMFSC como instrumento de desenvolvimento social e econômico 33

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS: O REALIZAR DA PESQUISA 35

2.1 O estudo em campo 36

2.2 Participantes da pesquisa 38

2.3 Localização da área de estudo 39

3 PERCEPÇÃO, MUDANÇA E (RE)ORGANIZAÇÃO E DOS CAMPONESES NO PAF JEQUITIBÁ 42

3.1 O papel associativo dos camponeses do PAF Jequitibá 44

3.2 Do MCC ao PAF Jequitibá 45

3.3 Vila Nova Samuel: principal porta de entrada para o PAF Jequitibá 47

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO PAF JEQUITIBÁ 50

4.1 Linha de Penetração LP-35: Vila Boa Esperança 54

4.2 Saneamento básico a área do PAF Jequitibá 56

4.3 Acesso a benefícios governamentais pelos assentados do PAF Jequitibá 58

4.4 Produção econômica e êxodo rural como alternativa de sobrevivência 59

4.5 Educação 62

4.6 Infraestrutura e pressão sobre os recursos naturais no PAF Jequitibá 64

4.7 Energia elétrica e comunicação-informação 67

4.8 A experiência agroflorestal na produção econômica do PAF Jequitibá 68

4.9 O trabalho camponês no PAF Jequitibá 70

CONCLUSÃO 74

REFERÊNCIAS 78

INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste de uma análise sobre a implantação do Projeto de Assentamento Florestal - PAF Jequitibá em Rondônia e a vivência dos camponeses assentados no Projeto pelo INCRA.

O estudo teve por objetivo geral analisar os impactos sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento do Projeto para os camponeses assentados no período de 2007 a 2017.

Para os objetivos específicos foram definidos três pontos que sustentam nossa discussão, a saber: 1) analisar como está sendo desenvolvida a nova modalidade PAF (política agrária) desde o processo de implantação do Projeto até a atualidade; 2) analisar a produção do trabalho agroextrativista no PAF através da prática de manejo florestal; 3) compreender a relação entre a produtividade agroextrativista na organização do PAF e suas implicações com o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas.

Nossa linha de análise fundamenta-se na política pública PAF, a qual é proveniente dos programas de reforma agrária do Governo Federal, modelo de assentamento criado, especificamente, para a região amazônica. Esse tipo de projeto tem como base, a promoção do desenvolvimento rural, o atendimento à agricultura familiar e busca combinar viabilidade socioeconômica com sustentabilidade ambiental em consonância com o que preceitua os ditames do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão governamental responsável pela implantação e desenvolvimento do Projeto. Esta pesquisa pautou-se num estudo de contexto e análise da experiência de implantação e desenvolvimento do PAF Jequitibá como proposta de assentamento de camponeses e desenvolvimento sustentável em Rondônia.

Em resposta às pressões pela preservação ambiental, tal modelo destina-se a apoiar e dar sustentação à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural, ainda assentados na prática de desmatamento e queima da biomassa florestal para modernas práticas de agriculturas sustentáveis, com vistas ao uso equilibrado dos recursos naturais.

O tema meio ambiente traz questões que passaram a ser discutidas de forma mais eloquente devido ao avanço das atividades econômicas e seus efeitos diretos e indiretos sobre as áreas florestais na Amazônia. Neste tipo de projeto existe um diferencial, o candidato a um lote de terra precisa estar ciente da condição de vir a ser um silvicultor. Esse quesito se faz

necessário pelo fato de que o espaço demarcado para a implantação do assentamento em questão estar localizado na subzona 2.1 do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia - ZSEE/RO, estas são áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, priorizando-se as atividades de extrativismo sob manejo sustentável.

Estudos sobre o desenvolvimento de assentamentos em Rondônia demonstram que a política agrária desenvolvida no Estado, sofre mudanças à medida que se modificam as concepções da sociedade quanto ao processo de ocupação do espaço. O uso dos recursos naturais causam disputas, que se expressam em um conjunto de entendimentos que envolvem concordâncias, discordâncias, imposições, negociações e as infindáveis discussões de como essas novas mudanças devem ser realizadas. De outra ordem, permite-nos refletir e questionar sobre como as novas dinâmicas e/ou paradigmas de uma sociedade moderna em constante transformação, internaliza conceitos que determinarão um novo modo de viver e se relacionar com a natureza.

O presente estudo foi elaborado a partir de questionamentos e reflexões sobre a nova forma de assentamento desenvolvida para a região amazônica e está distribuído em cinco capítulos a seguir:

No primeiro capítulo, denominado de **Abordagem teórica da política agrária no Brasil**, será retratada a formação da política agrária no Brasil, através dos referenciais históricos que retratam a origem da ocupação do espaço rural brasileiro, de sua formação tradicional, até os dias atuais. Ao longo desse caminho, buscamos as contribuições de Martins (1991), Medeiros (2012) e Oliveira (2001) para demonstrar em linhas gerais, que a prática de distribuição de terras no Brasil, vem desde o início do processo de colonização.

O segundo capítulo trata do **Percurso metodológico: o realizar da pesquisa**, é detalhado o caminho teórico-metodológico que corroboraram para este estudo, no qual são especificadas as definições conceituais e procedimentais adotadas. O que, no conjunto possibilitaram um processo de apreensão e interpretação de uma determinada realidade proposta como uma modalidade pioneira no Estado de Rondônia executada pelo INCRA-RO e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em parceria com órgãos públicos estaduais, municipais e instituições privadas.

Para esta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa que, em uma visão abrangente, busca atingir as especificações dos objetivos proposto para o estudo sobre o desenvolvimento da política pública PAF. Por este enfoque, é possível maior aprofundamento

pela busca dos dados do universo pesquisado, com o uso da técnica de observação, entrevistas e aplicação de questionários, para melhor compreender e retratar a vivência socioeconômica de 25 famílias no projeto PAF.

No Terceiro capítulo, abordamos a **Percepção, mudança e (re)organização dos camponeses no PAF Jequitibá,** reporta-se aqui a traçar o perfil dos assentados e a base do amparo legal para os ocupantes da área. Parte-se das condições determinadas pelos órgãos gestores em que os assentados foram e continuam em fase de assentamento no PAF. Para uma melhor compreensão de tal modelo é apresentado os aspectos jurídicos provenientes das políticas públicas governamentais, as Portarias e Instruções Normativas federal e estadual que criam e normatizam a criação de assentamentos, os mecanismos que fomentam, controlam e amparam as condições para o desenvolvimento de tal modalidade, e que busca alcançar a sustentabilidade e a sua contribuição para o desenvolvimento regional.

O capítulo quatro traz a **Apresentação dos resultados do estudo PAF Jequitibá**, ocupa-se com o percurso de estudo que envolveu os protagonistas do Projeto analisado, ao tempo que se realiza uma interpretação dos dados coletados em campo. Logo se confronta com a proposta inicial de ocupação coletiva e a atividade de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário, mote da argumentação para a criação do PAF. Um lugar idealizado para ser visto e entendido por todos como um novo modelo a ser adotado em virtude da arguição da preservação do bioma amazônico, um dos poucos que restam com grande expressividade no Planeta.

Por fim, nas conclusões finais faz-se uma leitura analítica do desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários assentados pelo Projeto em um período de dez anos. Ter terra para plantar e reproduzir-se, é a perseverança obstinada que mantém aquelas famílias, naquele lugar. Como trabalhadores (do campo), reivindicam direitos, atenção e adotam posturas de lutadores para dias melhores no PAF. Os resultados dos dados coletados em campo mostram a difícil condição de sobrevivência das famílias, situação cristalizada na falta de infraestrutura para o atendimento dos assentados, tanto na condição social quanto na condição econômica, variáveis que, se bem desenvolvidas, poderiam proporcionar melhor qualidade de vida às famílias. Enfim, enxergou-se que o PAF Jequitibá, até este momento, é um local onde as pessoas esperam por soluções burocráticas há uma década e é nesse estado de espera, que todos têm uma história para contar, e essas histórias corporificam parte deste estudo.

1 ABORDAGEM TEÓRICA DA POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL

Neste primeiro capítulo, serão retratados os conceitos teóricos de formação da política agrária no Brasil, através dos referenciais históricos que traçam a origem da ocupação do espaço rural brasileiro, de sua formação tradicional e modernizadora até os dias atuais. Ao longo desse caminho, buscamos as contribuições de Martins (1991), Medeiros (2012) e Oliveira (2001) para demonstrar em linhas gerais, que a prática de distribuição de terras no Brasil, vem desde o início do processo de colonização, deixando marcas que se configuram e se expressam na histórica luta pela posse da terra no Brasil pelos trabalhadores rurais.

Ao longo dos séculos, as políticas de ocupação do território brasileiro desenvolveram-se invariavelmente em favor dos grandes proprietários de terra. Quanto a esta prática histórica, Prado Júnior (2012, p. 12), descreve que a distribuição de terras na costa brasileira consistiu da divisão em setores chamados de capitanias hereditárias e doados a pessoas de confiança da Coroa Portuguesa. Uma forma de distribuição de terras que remonta aos *latifundia* da Roma Antiga com seus *dominus* rural que se manteve em Portugal e foi transferida para a Colônia desde o século XIV.

Desta forma, o surgimento de enormes latifúndios no Brasil nos séculos seguintes por poucos proprietários, consolidaram-se em nossa história com a prática da monocultura da cana de açúcar, com a produção baseada no trabalho escravo e voltada para o mercado externo.

Todavia, esse modelo começa a se esgotar a partir do século XIX com a independência do Brasil e também com a proibição do trabalho escravo. Em 1850 foi criada a Lei nº 601 que tratava da regulamentação das Terras no Brasil, a qual segundo Martins (1995, p. 38) proibia a aquisição de terras pela forma de posse, somente podia ser adquirida por meio de compra, ou seja, nesse período, apenas a elite agrária tinha recursos financeiros para comprar terras, o que equivale dizer que, manteve-se a permanência da mesma estrutura colonial. Para Martins (1991, p.65), “ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativeiro da terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas”, dos grandes latifundiários. Em resumo, a partir deste período, qualquer pessoa livre que não pertencesse à classe abastada, estava de certa forma, impedida por lei de fixar-se na terra por termo de posse.

Após o edito da Lei de Terras até a Proclamação da República, houve a consolidação e a ampliação dos latifúndios, como não havia uma fiscalização por parte da Coroa, muitas terras foram adquiridas por um mesmo proprietário, o que ampliou ainda mais os já imensos latifúndios e dificultou o acesso à terra por parte dos escravos e também pelos imigrantes e camponeses pobres, levando-os ao início das primeiras lutas por terras no Brasil.

Até o fim da República Velha (1889-1930), as oligarquias cafeeiras detinham todo o poder e utilizavam a mão de obra imigrante no trato das culturas de café. A partir da década de 1930, na chamada Era Vargas (de 1930 a 1945), as duas Constituições editadas nesse período, trouxeram como base o que Strazzacappa; Montanari (1999, p. 30) nomeia de interesse "das classes dominantes rural e urbana, dando pouca importância aos problemas da terra". Já por essa época, o país entrou no processo de industrialização, mas não houve mudanças na ordem agrária, o que inclusive se reproduziu foi a concentração fundiária urbana.

Somente após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o Brasil passou efetivamente a discutir a questão agrária, mas apenas porque esta se apresentava como um entrave ao processo de industrialização e desenvolvimento e não porque se fazia necessário realizar no país uma reforma agrária que viesse atender as reclamações dos trabalhadores do campo.

Oficialmente, os debates sobre reforma agrária se intensificam mais no final da década de 1950 e início da década de 1960, quando as discussões sobre o assunto tomaram um sentido de reivindicação por parte dos camponeses de várias regiões do país, que no entendimento de Martins (1995, p. 10), começaram a se manifestar e a organizar-se em ligas camponesas e exigiam do Estado uma política de reforma agrária, melhores condições de vida no campo e a extinção do latifúndio.

Após vários eventos de luta dos trabalhadores, principalmente no Nordeste com as Ligas Camponesas por direitos pela terra, o governo militar, sinalizou a possibilidade de execução da política agrária, com a criação do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), o primeiro documento oficial que trata sobre o tema.

Contudo, a Lei, apenas beneficiou a modernização da empresa agrícola no Brasil, cujo modelo se mostrou excludente e favoreceu ainda mais a concentração fundiária. O Estatuto não questionou a real função da propriedade, contribuiu sim, para o sagaz avanço do capitalismo no campo brasileiro. O aumento do latifúndio fez surgir as empresas capitalistas rurais, que passaram a adquirir terras para ampliar a produção, o que resultou na ampliação

significativa da chamada modernização da agricultura. Contudo, a modernização agrícola, tão propagada pelo governo, não atuou segundo Oliveira, (2001, p. 2), “no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários” agravando ainda mais os conflitos com os trabalhadores do meio rural.

A política de incentivos fiscais disponível e a abundância de créditos e de fácil acesso, fortemente subsidiado pelo Governo, contribuíram para que os capitalistas urbanos se transformassem em grandes proprietários de terras no Brasil. Tal modelo de política estimulou o crescimento econômico que acabou por ampliar e modernizar o parque industrial do país com a incorporação de novas técnicas produtivas, através da utilização de insumos, a compra de sementes, máquinas e fertilizantes.

A produção em larga escala praticada pelas empresas, barateava o preço dos produtos com os quais o pequeno agricultor não conseguia competir. A consequência dessa forma de desenvolvimento capitalista foi, segundo Oliveira (2001, p. 3), o aumento da concentração da terra e a expulsão de “uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis”, acirrando ainda mais as disputas por emprego e acomodação, principalmente nas periferias das grandes cidades, ou empurrando parte desses camponeses expropriados para as novas fronteiras agrícolas, como a Amazônia, onde, todo o processo de conflitos e lutas se repete.

Desde a década de 1960 até os dias atuais, a discussão e a construção de uma política efetiva para se resolver os conflitos por terras no Brasil, tem perpassado por vários governos, sem que nenhum, tenha de fato, dado a devida importância a questão, viabilizando a concretude da exigência jurídica e social da terra, consistência de uma verdadeira reforma agrária.

A ideia de reforma agrária significa a renovação do estado agrário de determinada sociedade para outro modelo, condizente com o surgimento de novos conceitos, novas dinâmicas. Hoje, o conceito de desenvolvimento sustentável é, por exemplo, uma “condição” para a implantação de projetos de assentamentos agrários no Brasil.

Para uma concepção mais geral da questão, Stédille (2012, p. 657) define que reforma agrária é um programa de governo que deve distribuir a terra a quem queira produzir e dela usufruir, é democratizar a propriedade da terra na sociedade, é garantir a todos o seu acesso. Se aplicada, é uma política pública que permite avanços na desequilibrada balança da

desigualdade social. Não obstante, é preciso que o Estado se utilize de instrumento jurídico na desapropriação das grandes propriedades consideradas improdutivas e que, após os trâmites legais, promova a distribuição da terra, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade, conforme definido pelo Artigo 1º da Lei 4.504/64.

O entendimento de função social da propriedade e a garantia assegurada de acesso a terra pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Terra, é a base jurídica que respalda a desapropriação utilizada pelos governos para o uso da terra. Amparados pelos princípios legais constitucionais, os trabalhadores rurais brasileiros, passaram a assumir uma participação política mais atuante nos movimentos sociais de luta pela distribuição de terras.

O fato de ainda existir a chamada questão agrária, com conflitos por vezes sangrentos pela posse da terra, mostra bem que, mais de meio século após a celebração do Estatuto da Terra (1964), não foi assegurada a todos a propriedade da terra, nem dada a ela a sua devida função social, visto que o número de "sem terras" em todo o Brasil, a espera de serem assentados é de aproximadamente 200 mil famílias que vivem em acampamento ou espalhados ao longo das margens das estradas em todo o Brasil, números estes que, de acordo com coordenadores dos movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e Comissão Pastora da Terra - CPT), tendem a aumentar, já que não se vislumbra uma política adequada e eficaz que trate a questão com mais urgência. Para Estrazzacappa; Montanari (1999),

> Quando essa situação atinge proporções insustentáveis, um país precisa realizar mudanças, rever as leis e promover reformas [...]. Aquilo que se convencionou chamar de *reforma agrária* é o conjunto de mudanças que deve ser promovido pelo governo de um país, envolvendo entidades e pessoas que busquem acomodar o homem na terra, visando a redistribuir as propriedades, sem agravar os conflitos sociais (p. 8).

Entende-se que, a reforma agrária deve fixar o homem no campo, onde este pode retirar da terra o alimento para sua família, viver com dignidade e bem-estar socioeconômico. Com a Lei 4.504/64, o governo militar implantou o modelo agropecuário conhecido como revolução verde ou conservadora, este padrão originou a mecanização intensiva, o uso de fertilizantes e sementes selecionadas, o que promoveu uma mudança na base produtiva, mas nenhuma alteração na estrutura fundiária existente no País.

Nas últimas décadas, a política de reforma agrária é consolidada através dos programas de assentamentos que são impositivos. Mas, em muitas situações, são os próprios trabalhadores rurais que buscam as áreas onde é possível a implantação dos projetos, esta ação

demonstra “as dificuldades de colocação em prática da política de reforma agrária” (NEVES, 2005, p. 77) existente no país.

A literatura existente que trata da questão agrária no Brasil sejam elas, legislações, planos governamentais ou estudos científicos, assinalam a existência do latifúndio como um dos fatores que geram misérias, atraso social e econômico no Brasil. A expansão latifundiária expõe um dos maiores problemas sobre a posse e uso da terra em toda a extensão territorial brasileira.

O resultado dessa grande concentração de terras por uma pequena parcela da sociedade brasileira se reflete em uma onda de conflitos que se tornou crescente entre proprietários, polícia e grupos de trabalhadores do campo. Tal disparidade social gera injustiça e mais violência, principalmente contra sem-terra, pequenos posseiros e agricultores. Essa forma de repressão, segundo Chiavenato (1996, p. 5), pelo não acesso a terra indica que o Brasil precisa realmente fazer a reforma agrária, posto que essa política já deveria ter sido realizada a pelo menos 200 anos.

A lógica da histórica colonização brasileira, tem traçado ao longo dos séculos, as linhas da implacável pobreza, a qual deixa como marcas, a contínua concentração de renda a uma pequena parcela da sociedade e aumenta a exclusão social de milhões de brasileiros. Em síntese, até os dias atuais, sobre as lutas camponesas tem prevalecido o poder dos grandes proprietários de terra de forma intensa e repetidamente. Os movimentos sociais têm retomado as mobilizações e lutas por terras nas últimas décadas, de forma mais intensa com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra – CPT e outras entidades ligadas a questão da reforma agrária. Sobre esse tema, Veiga (1996), entende que,

> com raras exceções, no vasto capitalismo periféricos, todos os governos do chamado primeiro mundo adotaram, desde o início do século 20, políticas fundiárias que favoreceram a progressiva afirmação da agricultura familiar e inibiram o desenvolvimento da agricultura patronal.
> O Brasil é um dos exemplos mais chocantes da opção inversa, isto é, de enorme tolerância com a oligarquia fundiária e claro favorecimento da agricultura patronal (p. 386).

Muitas das ocupações do espaço rural hoje têm relação direta com os movimentos sociais, que veem a necessidade de ocupação de áreas consideradas improdutivas. Porém, o objetivo desses atos não é só ocupar a terra, é também uma forma da categoria campesinato se organizar para poder melhor discutir as suas necessidades sociais e políticas sobre reforma agrária, assim como encontrar soluções que visam o assentamento de milhares de famílias que

esperam pelos projetos de políticas agrárias do Governo Federal, uma vez que, o executivo tem por competência formular políticas adequadas para a área, sobretudo, outras questões que estão interligadas, como a preservação e/ou conservação do meio ambiente.

1.1 A questão histórica do campesinato brasileiro

Para a explanação do termo campesinato neste trabalho, usar-se-á referências de Cardoso (2004), Guimarães (2011) e Wanderley (2015). Estes autores apresentam as argumentações que levantam debates sobre o papel que a categoria campesinato ocupa no cenário sociopolítico.

Pode-se compreender o termo campesinato a partir de Cardoso (2004), que relata a brecha camponesa como atividade econômica desenvolvida nas colônias americanas pelos escravos, sendo esta ocupação, uma forma de produzir o próprio alimento. Neste caso, as brechas camponesas se concretizavam quando era cedido aos escravos, pequenos lotes de terra para usufruto. Esse modo de produção econômica era organizada e própria, destinada a prover apenas a necessidade básica e o consumo próprio dos cativos, não tendo nenhuma função econômica ou mercantil.

Com referência a brecha camponesa no Brasil, há registros de alguns escritos sobre o assunto, entre estes, o de um padre jesuíta do ano de 1700, nestes registros consta que “alguns senhores neste Brasil, os quais achando grande dificuldade em dar sustento aos escravos, [...], lhes dão em cada semana um dia, em que possam plantar e fazer seus mantimentos” (CARDOSO, 2004, p. 94). A legislação do período colonial permitia que os senhores de engenho dessem aos seus escravos o sábado livre para que estes pudessem produzir o seu sustento em terras que lhes eram reservadas para o cultivo, principalmente da mandioca *Manihot esculenta.* Após o fim do sistema escravagista (1888), os imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar, principalmente, nas lavouras de café, em substituição a mão de obra escrava.

Vários são os trabalhos na tentativa de definição conceitual do termo campesinato, que pode ser compreendido como a existência de um conjunto de famílias em determinado território, no uso dos recursos naturais de um determinado espaço geográfico, delimitados pelo contexto de relações sociais, culturais, comunitárias e associativas.

Estas conceituações nos permite dialogar e refletir sobre as mais variadas condições camponesas no Brasil, uma categoria historicamente constituída nos embates de lutas no campo como construção de projetos de vida. Mas, apesar de toda a trajetória histórica do campesinato brasileiro, Guimarães (2011) afirma que no Brasil, o grau de desenvolvimento das lutas de classes no campo, é muito recente, se comparado com as lutas campesinas de outros países, como por exemplo, a "Rússia tzarista, onde até 1905 tinha havido mais de 2.000 levantes camponeses". Logo, no Brasil "a luta de classe ainda não adquiriu um caráter aberto e consciente, ainda não atingiu um elevado grau de desenvolvimento" com "relação ao movimento democrático geral" (p. 101-102). O autor entende que, essa participação deve ser mais reflexiva e ativa pela classe trabalhadora camponesa brasileira, apesar de reconhecer que houve um grande avanço por parte dos movimentos de luta pela terra no país.

1.2 A questão histórica do camponês brasileiro

O entendimento do termo camponês também nos permite compreender que a palavra vincula-se não somente ao sujeito histórico, mas nos força a enxergar os problemas sociais e políticos existentes na realidade desses grupos sociais em qualquer localidade.

A definição de camponês no Brasil ganha ênfase a partir da década de 1950, ao mesmo tempo em que conquista uma identidade política através dos movimentos das Ligas Camponesas no Nordeste, um exemplo de representatividade, quando foreiros que viviam e trabalhavam no Engenho da Galileia em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, passaram a lutar não só pela terra em que viviam, mas também por direitos trabalhistas. A criação das Ligas tinha por objetivo organizar os trabalhadores, assim como apresentar propostas que pudesse contribuir para a solução das questões relacionadas aos problemas no campo.

É nesse contexto que a reforma agrária aparece como uma escolha para que o trabalhador pobre do campo conquiste um pedaço de terra onde possa morar e produzir.

Para Shanin (2007, p. 1), existem razões para definir camponês e há razões para deixar indefinida a palavra, o que importa são as maneiras como tais palavras são utilizadas, pois, entende-se que a conceituação do termo é apenas uma figura de linguagem e o que realmente importa é enxergar os problemas sociais e políticos existentes na realidade desses grupos sociais.

Ao longo dos anos constata-se que no Brasil, tem ocorrido o aumento de grupos de camponeses na luta pela terra. Pode-se entender esse crescimento como uma forma de resistência perante a tomada do espaço rural pelo sistema capitalista, representado em evidência pelo agronegócio, que visa uma padronização do setor de produção agrícola, para atender ao lucrativo mercado internacional de exportação, principalmente das empresas multinacionais.

Para os camponeses brasileiros do século XXI, os esforços para manter seus modos vida são, praticamente, regulados por exigências relacionadas às regras ambientais existentes no país. As políticas públicas trazem consigo, um escopo de desenvolvimento (sustentável/ambiental e não exatamente social), no qual não é permitido ao camponês viver de forma que não àquelas determinadas pelas leis de conservação e preservação do meio. Em consequência, o camponês acaba por desprender um esforço maior para manter a sua reprodução social e cultural e precisa, muitas vezes, se recamponesar em variados modelos de assentamento, proposto pelos organismos gestores de tais políticas públicas. No entendimento de Silva (2014, p. 9), o camponês, em sua multiplicidade de formas, pode gerir florestas e fazer agricultura, ao mesmo tempo que é capaz de lidar com a especialização e diversidade, podendo ter como resultado do exercício dessa complexidade novas fases de desenvolvimento rural marcado pela promoção crescente das questões de mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental.

A política de assentamentos de reforma agrária no último painel de assentamentos do INCRA (2017, p. 1), informa que o número de assentamentos no Brasil é 9.370, com 971.915 famílias assentadas em uma área de 88.360.472, 94 hectares. Só na Amazônia Legal são 3.512 assentamentos, em Rondônia constam 224 assentamentos com 38.947 famílias assentadas.

No entanto, a construção e implantação de assentamentos rurais nestas áreas, não significa que a promoção aos direitos básicos de atendimento ao cidadão, como serviços de saúde, educação, saneamento básico ou mesmo o acesso a terra, são alcançados de forma plena. Na realidade, a maioria das famílias vive em situações limites, devido principalmente, a demora no atendimento fundamental desses serviços públicos, isso quando tem tais serviços.

Essa morosidade, emperrada pelos trâmites burocráticos, impacienta e reforça a natureza de resistência, persistência e de movimentação dos camponeses em busca de novas áreas onde possam ser assentados. Considere-se que, estes não se encontram de forma estática, mas em estado dinâmico, sempre a buscar algum “tipo de adaptação, uma

combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a sua espécie" (WOLF, 1976, p. 34).

Ao longo dessa construção histórica, os camponeses foram (e ainda são) obrigados a se deslocar para se reconstituir, sempre sob as mesmas condições de abandono e descaso, em áreas periféricas do território nacional.

A obrigatoriedade desse deslocamento acata o desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento às classes trabalhadoras do campo, defere também, a arranjos de uma nova reorganização espacial, política e econômica vigente, local, nacional e global, determinada pelos mercados produtores. É o que intenta as modalidades de projetos destinados à política de reforma agrária. Uma questão que exige profundas atitudes por parte dos governantes, uma discussão de difícil movimentação no Congresso Nacional, detentor do Poder Legislativo, dominado por uma bancada ruralista extremamente unida e defensora ferrenha da manutenção da estrutura e domínio do latifúndio no País.

Por tudo isso, os movimentos camponeses no Brasil se levantam em lutas que marcaram e ainda marcam a história de vida desses trabalhadores rurais. Essas duras batalhas ficaram marcadas, como sempre, pelo derramamento de sangue e o ceifamento de muitas vidas pelo território brasileiro.

1.3 A ocupação da Amazônia pelos programas governamentais

A construção de assentamentos no Brasil, e especialmente na Amazônia, e aqui cabe o PAF Jequitibá, é um processo que permanece em constituição desde que se iniciou a expansão da fronteira agrícola e econômica para a região Norte do Brasil, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980, quando foram implantados vários projetos do Plano de Integração Nacional - PIN.

O Plano tinha como finalidade atender aos objetivos do Governo Federal, que desejava transformar, desenvolver e unir a Amazônia brasileira ao restante do país através da construção de grandes obras, tais como a rodovia BR-230, (rodovia Transamazônica). O PIN fazia parte do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, elaborado no governo de Emílio Garrastazu Médici para o período de 1972-1974 e nele estava contido o projeto de colonização da Amazônia por migrantes oriundos de outras regiões do Brasil, expropriados de suas terras pelo avanço do capital, principalmente no Sul/Sudeste, assim como do Nordeste,

onde milhares de pessoas fugiam da intensa seca que assolava a região. A intenção inicial do Governo era fixar estes migrantes nas áreas atravessadas pelas rodovias.

Essa transformação forçava a expansão das forças produtivas na Amazônia, e a ocupação não foi sem um alto custo social e ambiental. Os impactos dessa penetração se revelaram nos conflitos sociais e na emergência da questão ambiental após o período de implantação dos eixos das políticas públicas do governo federal, veio à tona uma nova configuração regional da geopolítica amazônica.

A ocupação da Amazônia sempre esteve relacionada, principalmente, aos grandes ciclos econômicos – borracha, mineração e pecuária. Mas, a partir da década de 1970, o foco de ocupação teve outro objetivo, atender aos programas de colonização do Governo Federal.

Em consonância, a este fato, Rondônia tornou-se um dos estados que recebeu migrantes oriundos de todas as partes do Brasil. Primeiro com a criação da Colônia do Iata, distante 35 km de Guajará Mirim em 1945 e entre 1948-49, foi criada a Colônia de Candeias, a 25 km de Porto Velho. Esta era uma experiência já em prática na Amazônia, com as colônias agrícolas japonesas no Pará e em Porto Velho, a Colônia 13 de Setembro, hoje conhecida como Estrada do Japonês.

A ocupação do espaço rondoniense se deu de forma oficial, coordenada pelo INCRA, através dos programas de assentamentos criados especialmente para assentar famílias expropriadas de suas terras em outras partes do país. Uma segunda forma de ocupação do Estado deu-se pela iniciativa privada, terras foram concedidas pelo INCRA e também ocupadas de forma não oficial por trabalhadores rurais não beneficiados pelos programas oficiais.

No início do processo de ocupação, parte do contingente de migrantes se concentrava em densos núcleos que ficavam ao longo da estrada BR 364, porém, avançava rumo ao interior, onde “fluxo de posseiros ocupavam os espaços que não eram defendidos por jagunços ou capangas. Tinha-se, então, uma ocupação ora muito regular nos projetos, ora completamente anárquica” (THÉRY, 2012, p. 20). Em complementação a política de assentamento, estradas foram abertas para que as famílias pudessem ter acesso aos lotes e o incentivo a produção foi intensa, áreas de floresta foram derrubas para dar lugar a agricultura e pecuária.

A essa época, a questão ambiental não tinha a atenção e nem prioridade nos programas governamentais, quando comparados aos formatos atuais, e desmatar, não era considerado crime. Logo, os órgãos representantes do Governo podiam abrir estradas em qualquer parte da selva, não importava se nos traçados dessas houvesse povos indígenas ou populações locais que dependiam da floresta em pé para sua sobrevivência, essa ação não se configurava como um crime ambiental e sim como desenvolvimento.

Ao longo das estradas principais e vicinais, os desmatamentos para a formação de áreas agrícolas, implantação de pastagens, construções, instalação de madeireiras e serrarias, tornaram-se sem controle. Esse descontrole levou a um desastre ambiental que se tornou ainda mais evidente com os conflitos sociais junto aos grupos indígenas e populações locais, desencadeados a partir das ações impostas pelos programas de ocupação. E esse cenário caótico, trouxe indicativo que os Governos Federal e Estadual, não tinham o controle das formas de ocupação em Rondônia. A devastação da floresta avançava, sem respeitar os limites determinados pelas demarcações do INCRA. Posseiros, madeireiros e garimpeiros invadiam e ocupavam reservas indígenas e florestais.

Oficialmente, a partir da década de 1970, Rondônia vivenciou uma intensa povoação nos eixos das principais estradas que, de acordo com Théry, (2012, p. 18), reuniam 80% da população do então território rondoniense, eram nestes locais que estavam concentrados muitos dos assentamentos do INCRA. Os principais núcleos dos Projetos de Colonização eram Ouro Preto, Sidney Girão, Gy Paraná, Padre Adolfo Rohl e Paulo Assis Ribeiro. Também foram criados os Projetos de Assentamento Dirigidos – PADs. Os programas de assentamentos continuaram no Estado, ainda que com menor intensidade após a década de 1980.

A partir do início dos anos 2000, o INCRA contava 112 assentamentos em Rondônia, mas esse número “não significou a obtenção de bons resultados, visto que, na primeira década os assentamentos se revelaram improdutivos funcionando como gatilho para a migração campo-cidade” (FERREIRA, 2012, p. 44). Muitos migrantes deixavam o campo e se instalavam nos núcleos urbanos ao longo da BR 364.

Mas, segundo Machado (2008, p. 16), a escolha dos modelos vigentes não tem dado o resultado esperado, verifica-se ainda, um alto nível de pobreza nos locais de assentamentos, concomitante com avançado estado de degradação ambiental. Apesar da criação de 224 assentamentos em Rondônia, até 2017, a implantação da política agrária na região amazônica,

não tem atendido as reais necessidades das famílias sem terra, mesmo com as mais 38.960 famílias assentadas (INCRA/SR17, 2017, p. 1).

Mesmo após décadas de intensas transformações, ainda não se resolveu por completo o problema de assentamento de camponeses à terra em Rondônia. E é nesta trajetória de tentativas de se fazer a reforma agrária que foram criados novos projetos e novas propostas com a finalidade de resolver a problemática existente, uma vez que, tem se mostrado igualmente insuficientes, a exemplo das tentativas anteriores. No curso dessa intensa dinâmica política, econômica, social e ambiental, novos padrões de uso da terra se consolidam nas áreas de ocupação do espaço amazônico nos projetos de colonização do INCRA.

Disputas por terras, conflitos e a extração indevida dos recursos naturais, são hoje, fatores que geram grandes problemas nas áreas de assentamentos. Assim, as disputas judiciais pleiteadas por fazendeiros e madeireiros e a pouca ação efetiva por parte dos órgãos governamentais em relação as muitas questões pendentes no atendimento aos assentados, também tem contribuído para o baixo nível de desenvolvimento dos assentamentos, incluindo-se nesta discussão, o PAF Jequitibá.

E é dentro desse contexto de mudanças que surgiram, a princípio, as modalidades de assentamentos como o Projeto de Assentamento Florestal - PAF, uma tentativa de adoção de modelos de desenvolvimento considerados sustentáveis.

1.4 O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia como instrumento organizador do espaço

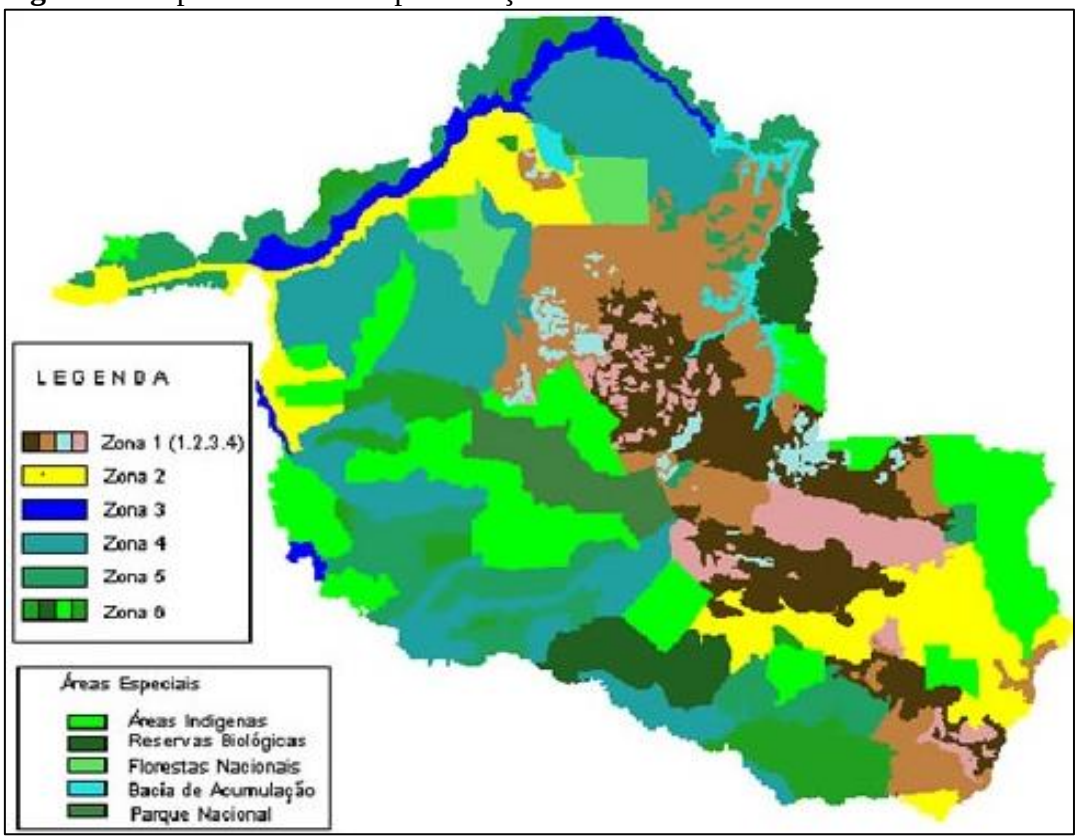
No final da década de 1970, em uma tentativa de organizar a ocupação e promover o desenvolvimento do Estado, é criado o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, financiado em parte pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. A maior parcela do recurso, 59%, era destinado à infraestrutura de transporte, com reconstrução e pavimentação de estradas, principalmente para a BR 364, que visava uma maior integração nacional da região Norte com o restante do País. O POLONOROESTE foi oficialmente iniciado em 1982, e já em 1984, o Banco Mundial recebia críticas, muitos dos críticos entendiam que o Banco, acabava, de certa forma, por financiar um programa que contribuía para a devastação da floresta.

O modelo de ocupação ocorrido em Rondônia nesse período trouxe problemas ao meio ambiente local, gerou impacto negativo e expôs o Estado como um dos maiores do Brasil à prática de desmatamento da cobertura vegetal na Amazônia Legal.

Por esse período de implantação do Programa, as populações ribeirinhas, seringueiras e as questões indígenas eram relegadas ao silêncio, enquanto imensas áreas de florestas eram queimadas. Apesar dos investimentos financeiros do programa no Estado, constatava-se que, era preciso buscar "um novo modelo que harmonizasse desenvolvimento e proteção ambiental para dar continuidade ao progresso regional" (OTT, 2002, p. 122).

Com a finalidade de corrigir os problemas originados com a implantação do POLONOROESTE, estabeleceu-se a Primeira Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia – ZSEE em 1988. O Estado foi repartido em zonas voltadas para as atividades agrícolas, pecuária, agroflorestais e zonas reservadas às áreas indígenas, conservação e proteção ambiental. O ZSEE é, na prática, ordenar o espaço natural de acordo com definições sociais e econômicas, ou seja, é determinar as categorias de uso sobre as áreas de preservação de florestas, terras indígenas, ecológicas e outras invadidas por colonos (Fig. 1).

Figura 1. Mapa da Primeira Aproximação do ZSEE de Rondônia – 1988.



Fonte: SEDAM/RO.

Pela Primeira Aproximação, o Estado foi dividido em seis zonas principais, onde as três primeiras zonas foram destinadas ao desenvolvimento de atividades produtivas e as outras reservadas para o sistema de conservação, preservação e terras indígenas. As últimas três zonas agregaram um total de 12.335.000 hectares (de um total de 22.134.000 ha), com evidente destaque para a preservação da natureza. A disparidade então entre a distribuição das zonas gerou, na visão do setor econômico local, certa imobilidade no desenvolvimento do Estado.

A esse tempo de implantação do zoneamento de Rondônia, também se prenunciava a finalização do POLONOROESTE, um projeto marcado por críticas, principalmente por parte das Organizações Não Governamentais – ONGs de defesa socioambiental nacional e internacional. A ideia geral para uma devida correção seria outro programa mais conservacionista.

Esse novo projeto vinha provido de intenções de efetivar um novo modelo de desenvolvimento para o Estado, era o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO, que injetaria novos recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos que incorporassem as preocupações ambientais, que seria de caráter compensatório e que também foi financiado pelo BIRD. O PLANAFLORO foi efetivado em 1991 e apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) no Rio de Janeiro em 1992, “como parte do esforço do Banco na construção de uma sociedade sustentável para a Amazônia” (OTT, 2002, p. 142).

O ZSEE passou a ser um instrumento organizador do ordenamento para a implantação de políticas públicas, um marco norteador de uso dos recursos ambientais e ocupação adequada da terra no Estado.

Doze anos após a implantação do primeiro ZSEE, diante de tantas mudanças ocorridas no Estado, fez-se necessário uma alteração significativa para a segunda aproximação do ZSEE, já que este é instrumento norteador de ocupação do espaço e é usado como um critério para determinar até mesmo os investimentos governamentais e privados do Estado.

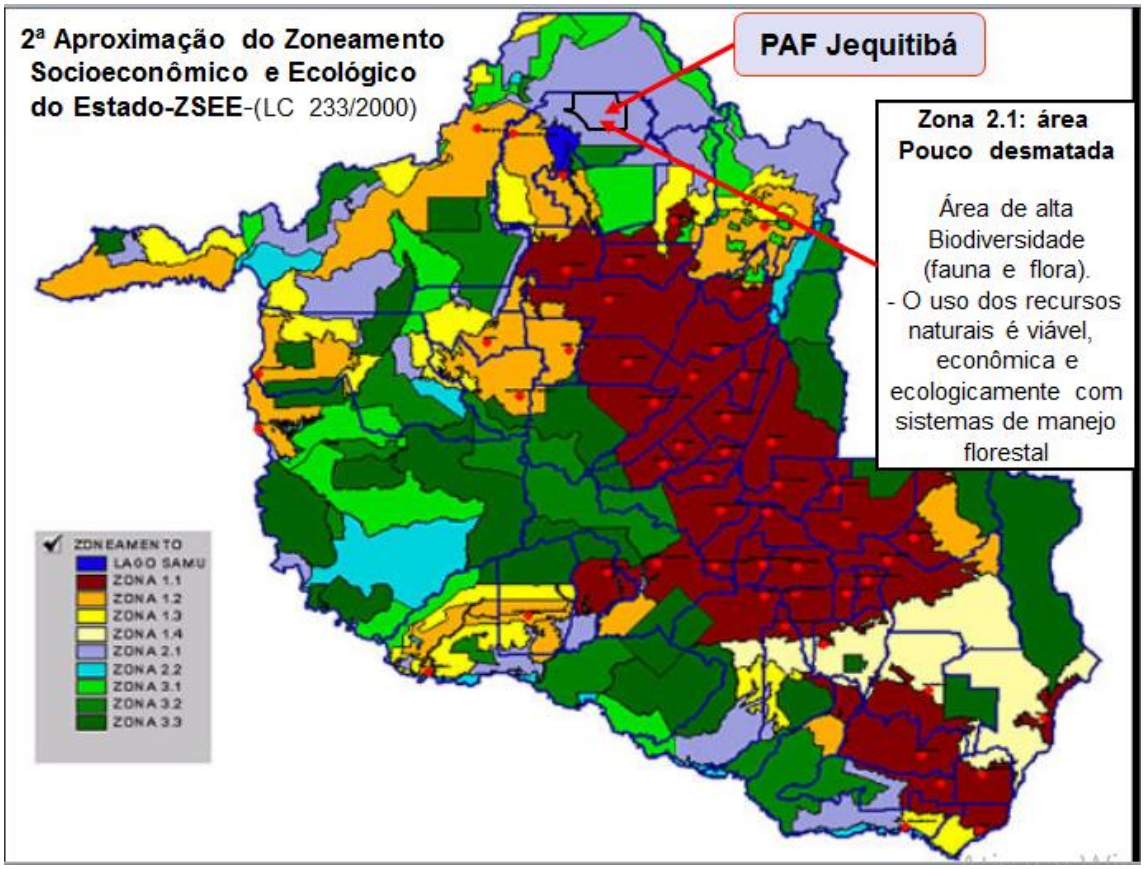
Pela Primeira Aproximação tornaram-se muito mais restritivas as ocupações, em razão das leis ambientais, as áreas para ocupação humana e atividades econômicas também ficaram reduzidas, fez-se necessário, uma segunda Aproximação do ZSEE do Estado. No ano 2000 Rondônia passa a contar com um novo ZSEE mais adequado às demandas (energéticas,

agronegócio, transporte modal rodoviário e hidroviário), introjetadas no espaço regional que inseriram o Estado em um cenário nacional e internacional no decorrer dos últimos anos.

É por esta Segunda Aproximação (Fig. 2) que se permite a ocupação de áreas destinadas à conservação dos recursos naturais, passíveis de uso sob controle de planos de manejos florestais, é o caso da zona 2 do ZSEE, definida no artigo 8º (da Lei Complementar 233) como uma Zona composta de áreas de uso especial, destinada à conservação dos recursos naturais, passiveis de uso sob manejo sustentável. O ZSEE de Rondônia foi o primeiro no Brasil aprovado e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Atualmente está em discussão a possibilidade de uma atualização do reordenamento territorial do Estado, o que levaria a uma a 3ª Aproximação do ZSEE, visto que houve a descaracterização da anterior devido ao desenvolvimento e ocupação do espaço desde a 2ª Aproximação no ano de 2000.

Figura 2. Mapa da Primeira Aproximação do ZSEE de Rondônia – 2000.



Fonte: SEDAM/RO

1.5 Origem e formação do PAF Jequitibá em Rondônia: uma proposta de sustentabilidade

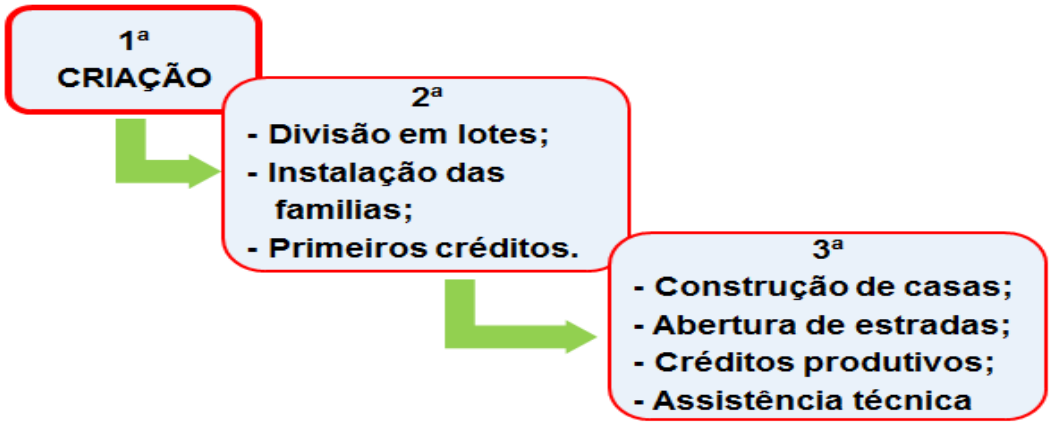
Os últimos projetos de assentamentos dos programas da reforma agrária tiveram que se adequar a questão do chamado desenvolvimento sustentável. Os espaços ficaram "reduzidos", não pela falta de terras para a implantação de tais programas, mas pelo fato de que, muito das terras da Amazônia foram incorporadas às áreas de proteção ambiental, passível ou não de ocupação socioeconômica. O PAF Jequitibá ocupa uma dessas áreas, em mais uma ação do INCRA em instalar trabalhadores rurais sem terra em novos projetos de assentamentos.

Um assentamento rural é, basicamente, um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si. Cada uma dessas unidades é chamada de parcelas, lotes ou glebas e é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela topografia ou a geomorfologia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece.

O funcionamento de um assentamento legal requer créditos, assistência técnica e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades agrícolas, é o lugar onde os trabalhadores rurais que recebem um lote se comprometem a morar no local e também a explorar a terra para o seu sustento, de modo a utilizar exclusivamente a mão de obra familiar.

A terra, legada aos beneficiários dos projetos de assentamentos, continua vinculada ao INCRA, até que estes recebam a escritura definitiva. Os beneficiários não podem vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar a terra a outras pessoas. Na implantação de um assentamento, o INCRA segue as seguintes etapas (Fig. 3):

Figura 3. Diagrama das fases de criação, implantação e estruturação de um assentamento



Fonte: Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 26 de mai de 2015.

Para a criação de assentamentos, segue-se alguns critérios burocráticos técnicos administrativos amparados em leis vigentes no país para que o projeto possa ser implantado. Após a escolha da área, é publicada uma portaria pelo INCRA, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto e os próximos passos que serão dados para sua implantação e desenvolvimento operacional.

1.5.1 Instrumentos normativos que regem a modalidade PAF

O projeto PAF é uma modalidade de assentamento, instituída pela Portaria/INCRA nº 1.141/03, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região Norte.

Em 2001, iniciaram-se as discussões, no âmbito do INCRA, para criação de um projeto de assentamento diferenciado na área. Neste mesmo ano é apresentada a proposta para criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Jequitibá – PDS - em área pertencente à União no município de Candeias do Jamari - RO. Mas, como a Lei Estadual 233/2000, definiu a área como pertencente a zona 2 do ZSEE, foi necessário a transferência do modelo de PDS para a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal. Desta forma o INCRA/SR17 cria, através da Portaria Nº 37/2007, o Projeto de Assentamento Florestal – PAF Jequitibá.

Os Procedimentos Metodológicos para a Criação e Execução de Projetos de Assentamento Florestal no Âmbito do II Programa Nacional de Reforma Agrária - II PNRA, devem está de acordo com a Portaria/INCRA nº 215/06. Esta define que a produção florestal e não florestal deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável e que tais áreas deverão ser administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de suas entidades organizativas, que receberão o Termo de Concessão de Uso, que deverá permitir, apenas, o desenvolvimento de atividades complementares, com vistas à segurança alimentar do concessionário e de sua família, à edificação de obras residenciais para os assentados, à implantação da infraestrutura e à implementação de atividades de processamento industrial das matérias primas, ao abastecimento das famílias e à comercialização dos produtos florestais.

No caso específico do PAF Jequitibá, o objetivo do Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário – PMFSC, seria a geração de renda, uma estratégia para melhorar a qualidade de vida dos assentados, que deveriam trabalhar na área de forma coletiva. Através do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado entre o INCRA e outros órgãos

(MP/RO, MPF, SEDAM e IBAMA), ficou permitido aos beneficiários do projeto PAF Jequitibá, o desmatamento a corte raso de 10 hectares por família para produção das culturas agrícola para subsistência familiar.

Ainda dentro dos procedimentos metodológicos, na seleção dos potenciais beneficiários, os candidatos que se interessam por esse tipo de modalidade, deverão manifestar concordância em se dedicar às atividades florestais e à organização comunitária.

Após o assentamento do beneficiário, é o INCRA que deverá dedicar especial empenho à organização social dos assentados, podendo estabelecer cooperação com outras instituições. A prioridade para as parcerias são aquelas que representam os assentados, como as associações e as cooperativas.

O objetivo é atender as demandas das famílias, assim como discutir a conservação e proteção do meio ambiente, sempre “lembrando”, que é, também, de responsabilidade do assentado a via do desenvolvimento sustentável. Estas discussões são instrumentos de utilização e participação igualitária do processo democrático de decisão que são tomados no PAF Jequitibá com relação a implantação de políticas públicas, onde todos podem participar.

Este é o primeiro projeto de assentamento da modalidade PAF em Rondônia. O INCRA destinou ao projeto uma área de 137.087 hectares, na gleba Jacundá, no município de Candeias do Jamari, com capacidade para o assentamento de 597 famílias. A proposta é o uso múltiplo da floresta. O Projeto possui dois pilares econômicos, o primeiro é a produção madeireira com manejo florestal comunitário e o segundo são as atividades baseadas nos sistemas agroflorestais que consorciam espécies florestais, com árvores frutíferas e agrícolas.

O recebimento do lote e a instalação das famílias no local, marca a etapa inicial do projeto de assentamento. Após essa fase, é desenvolvido o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e o INCRA inicia os investimentos em obras de infraestrutura. Quanto aos créditos produtivos para investimento e melhoria de produtividade, as famílias têm direito ao recebimento ainda no processo de instalação do assentamento.

Nas últimas décadas, o Brasil criou leis e políticas socioambientais para conservação e uso sustentável de suas florestas. A adesão do Brasil aos acordos aprovados na ECO-92, possibilitou ao país ajustar a concepção de desenvolvimento sustentável. Com as mudanças ocorridas em função da questão ambiental, modelos de assentamentos foram criados ou foram readaptados pelo INCRA.

Quadro 1 – Tipologia dos projetos de reforma agrária na Amazônia

MODALIDADE DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADOS PELO INCRA NA ATUALIDADE DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS QUESTÕES AMBIENTAIS			
Nome Descrição	**Características**	**Sigla**	**Legislação**
Projeto de Assentamento Florestal	▪ Modalidade de assentamento, destinada a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária. ▪ Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito, Instalação crédito de produção, Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.	PAF	Portaria INCRA/P Nº 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e Portaria INCRA/P Nº 215, de 6 de junho de 2006
Projeto de Assentamento Agroextrativista	▪ Modalidade de projeto destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas e sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundas de comunidades extrativistas. ▪ A obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de créditos, infraestrutura e titulação, são de responsabilidade do INCRA.	PAE	Portaria INCRA/P/Nº 268 de 23 de outubro de 1996
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	▪ Modalidade de projeto destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em atividades de baixo impacto ambiental. ▪ A obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de créditos, infraestrutura e titulação, são de responsabilidade do INCRA.	PDS	Portaria INCRA/P/Nº 477, de 04 de novembro de 1999

Fonte: disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 02 de mar de 2016.

O INCRA apresenta o conceito de PAF em termos de preservação ambiental:

> Face às insistentes reivindicações da sociedade civil organizada, o Governo Federal vem adotando para a Região Norte, modelos de desenvolvimento sustentáveis de seus recursos naturais. Neste o INCRA propôs novas modalidades de Projetos de Reforma Agrária, onde se dá ênfase às atividades de baixo impacto ambiental (INCRA/SR17, 2013, p. 2).

Apesar de já contar dez anos de regularização fundiária (Tab. 1) e implantação oficial, o PAF ainda tem a sua configuração indefinida, e não é até o momento, nem coletivo nem individual, visto que muitos candidatos ainda não tiveram seus processos de aceite (ou recusa) encerrados pelo INCRA. Da mesma forma que não foi finalizada a entrega e localização de alguns lotes aos assentados.

Tabela 1: Regularização fundiária do PAF Jequitibá

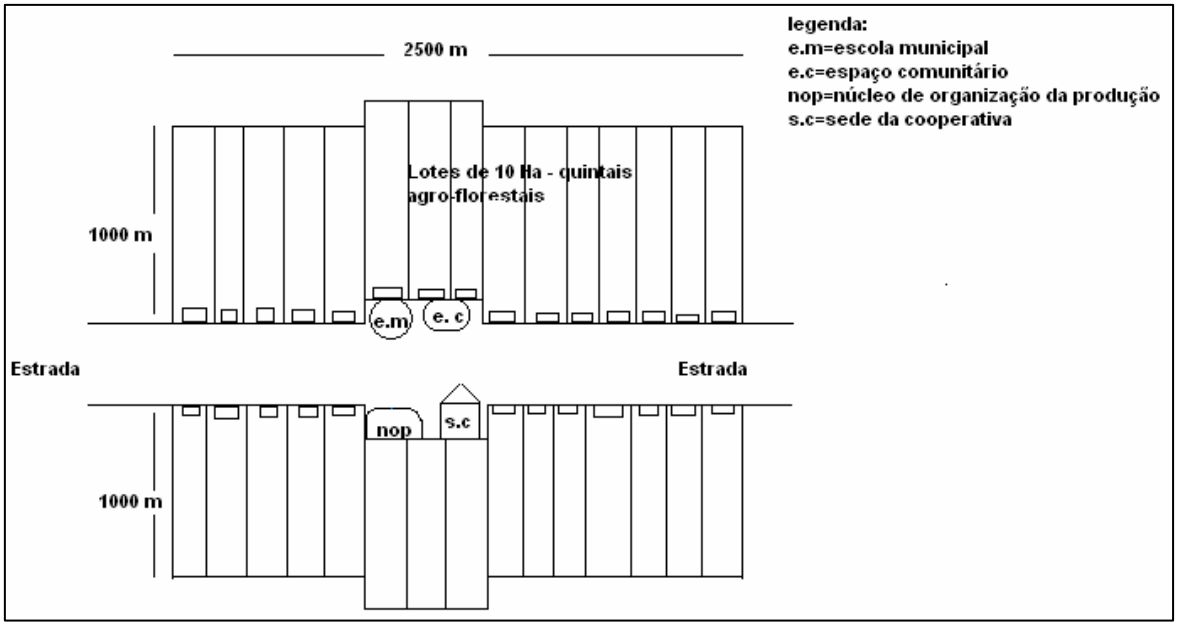
Projeto	Ano de criação	Tipo de Projeto	Esfera de Responsabilidade	Nº de Famílias (capacidade)	Projeto
PAF Jequitibá	**2007**	**PAF**	**Federal**	**597**	**137.087,0000**

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 12 de set de 2016.

Desde o início de sua criação, o PAF Jequitibá tem sido um processo contínuo de devir, é para ser um projeto com um ciclo completo de implantação e desenvolvimento em determinado espaço de tempo. No entanto, durante esse período, foi preciso fazer, constantemente, adaptações, correções e modificações com relação aos objetivos iniciais, assim a incorporação de exigências e experiências que o próprio processo de planejamento e desenvolvimento exige, acabam por oferecer aos agentes uma nova formatação da modalidade.

Em relação a modificação, uma das que se fez logo no início do Projeto, foi a exclusão da forma de moradia prevista na metodologia inicial, o modelo de agrovila (Fig. 4). Nela, os assentados deveriam habitar e desenvolver as atividades de forma concentrada em determinados espaços. No entanto, os gestores, as equipes técnicas e os candidatos aos lotes, optaram por retirar esse sistema de agrovila do projeto, justificando que esta forma de desenvolvimento não se adequava àquela realidade.

Figura 4 - Modelo de agrovila adotado para o PAF Jequitibá



Fonte: (MACHADO, 2008, p.69).

Seguindo a metodologia do projeto, os assentados podem desenvolver atividades complementares à edificação de obras residenciais, à implantação da infraestrutura e à implementação de atividades de processamento industrial das matérias primas, ao abastecimento das famílias e à comercialização dos produtos florestais.

A Portaria INCRA nº 215 (2006), estabelece que, para participar do processo seletivo a um PAF, os candidatos cadastrados têm que passar por uma triagem através do sistema SIPRA e a seleção é realizada pelo INCRA. Todos os candidatos ao PAF Jequitibá participaram desse processo (ou ainda participam).

Após a seleção, os candidatos são assentados e segue-se as etapas de organização do assentamento para o atendimento e apoio às famílias.

1.5.2 O PDA como instrumento de organização

Em outubro de 2012, o Núcleo Operacional da Emater/RO de Candeias do Jamari, finalizou o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento – PDA do PAF Jequitibá. O PDA é um instrumento de planejamento e complementação das ações planejadas, que objetiva elevar o desenvolvimento do Projeto a curto e médio prazo, através da intervenção de políticas públicas de atendimentos aos assentados.

As informações constantes do PDA são ações de atendimento que foram elaboradas em conjunto com os assentados do PAF Jequitibá e a equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATER da EMATER/RO. A área do assentamento é delimitada pelo ZSEE (zona 2.1), o que implica em procedimentos operacionais de uso dos recursos através do Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário - PMFSC.

O PDA do PAF tem como base o desenvolvimento de atividades proposta pelo PMFSC, essa pretensão compunha-se de levar à área serrarias, movelaria, usinas modulares para extração e beneficiamento de óleos e essências e outros produtos. O objetivo da produção advinda da floresta é agregar valor aos produtos e provocar melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Apesar de não existir na prática coletiva, o PMFSC idealizado, mote da justificativa para a implantação de um PAF, os elaboradores do PDA, alertam que “Este projeto, embora pareça, não é o que se pode chamar de um sonho, porque é viável e realizável, portanto, não é

uma “utopia”, apesar de que muito do que propõe ainda parece impossível para a comunidade dos Produtores Florestais” (EMATER/RO, 2012, p. 12). Desta forma, a modalidade PAF é considerada uma forma diferenciada de atendimento de reforma agrária, criada especificamente para atender um público diferenciado, aquele que vai trabalhar diretamente com os recursos oferecidos pela floresta. Esse trabalhador florestal deve seguir os parâmetros organizacionais, técnicos e operacionais no sentido de atender a legislação agrária, assim como a ambiental.

De acordo com a metodologia do PDA, deve-se levar em conta o nível de conhecimento local que as pessoas possuem sobre aquela realidade, sobre os sistemas agroecológicos e agroflorestais e como esses agrossistemas podem ser utilizados e compartilhados pela comunidade.

Esse conhecimento local eleva o grau de compromisso dos camponeses com as questões ambientais, porque vincula, a vivência do camponês a identificação ambiental, articula os sistemas sociais, econômicos e ambientais, estabelece uma interação com os recursos naturais que passam a constituir uma matriz sociocultural organizativa e específica da dimensão da questão agrária e pode ser um método de desenvolvimento rural sustentável, no que parece ser uma propensão à mudança da prática agrícola moderna.

Para dar continuidade aos trabalhos de desenvolvimento do assentamento de modalidade PAF, é necessário que se crie o plano de manejo para desenvolver as atividades de produção florestal.

1.5.3 O PMFSC como instrumento de desenvolvimento social e econômico

O Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário – PMFSC é um instrumento necessário em projetos como o PAF. As ações a serem implantadas pelo plano visam harmonizar as atividades desenvolvidas pelos assentados e o equilíbrio ambiental, social e econômico e promove desta forma, o tão propalado (e obrigatório) desenvolvimento sustentável (e regional).

A geração de renda e a melhora na qualidade de vida dos assentados do PAF Jequitibá é o objetivo principal do PMFSC, elaborado em 2013. A princípio, o INCRA/SR17, elaborou projeto de manejo para uma área de 3.300 hectares, dividida em 2 blocos, que viria a beneficiar, inicialmente, 155 famílias já devidamente regularizadas pelo INCRA no

assentamento. A previsão orçamentária do plano foi então enviada à Brasília, mas somente a metade do valor orçado foi atendido, ainda assim, o INCRA deu início aos trabalhos.

O INCRA reconhece a magnitude do trabalho, pois este tipo de projeto exige mão de obra qualificada, não encontrada entre os assentados, além de equipamentos apropriados para a atividade. Os assentados passaram a ser capacitados para desenvolver tal atividade e assim substituir a mão de obra contratada para o trabalho inicial de mapeamento e identificação da área a ser explorada, "por um período de até 40 anos, com blocos de 3000ha/ano" (INCRA/SR17, 2013, p. 6).

A Instrução Normativa/INCRA/Nº65 de 2010, estabelece os critérios e os procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamentos. A administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando os mecanismos de sustentação do ecossistema é, entendido como a definição de manejo florestal sustentável. Na prática, é a exploração do ambiente pelos produtores florestais de forma adequada.

A equidade das características ecológicas e da biodiversidade deverá ser mantida, de modo que o uso desses recursos florestais possa ser sustentado de forma socialmente justa e economicamente viável. São considerados recursos florestais pela referida Instrução, os elementos ou características geradoras de produtos ou serviços florestais, entre estes os produtos madeireiros e não madeireiros.

O PAF Jequitibá necessita do PMFSC porque, de acordo a Instrução Normativa INCRA/65, inciso XX, é um projeto de assentamento ambientalmente diferenciado, pois constitui-se em modalidade de assentamento que visa a sustentabilidade ambiental e social, implantadas principalmente na região amazônica. Esta modalidade destina-se a áreas com aptidão para a produção florestal familiar. O PMFSC objetiva implantar um conjunto de medidas técnicas que possam reduzir o impacto da exploração florestal do meio ambiente, ao mesmo tempo em que mantem a devida manutenção da floresta e gera benefícios sociais e econômicos de forma contínua.

Essas concepções teóricas sobre a criação de novos modelos de assentamentos na Amazônia nos levaram a refletir quais caminhos metodológicos seguir para desenvolver este trabalho.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS: O REALIZAR DA PESQUISA

O cenário do estudo encontra-se no Estado de Rondônia, no Município de Candeias do Jamari. A questão que nos levou a olhar com mais atenção para este tema é sua característica socioambiental.

Rondônia é um estado que tem passado por intervenções de políticas públicas governamentais desde o início de sua ocupação. Todavia, o desafio do chamado desenvolvimento sustentável alçou o Estado à necessidade de desenvolver-se sob o rigor do conceito de sustentabilidade.

Desta forma, o método de pesquisa para apresentar estas informações pode ser tomado como uma lente para obter novos conhecimentos ou ainda, buscar formas de conhecer e compreender as condições de vida da comunidade do assentamento PAF Jequitibá. Para tal propósito, foi preciso construir caminhos que nos levaram o mais próximo possível do nosso tema, estes caminhos de aproximação são estradas por onde passam as linhas teóricas e as abordagens da realidade (MINAYO, 2002, p. 17), fizemos isso por meio de observações, perguntas e reflexões.

Trilhar no mundo da pesquisa propicia a escolha por um caminho metodológico que direcione o olhar crítico e analítico para um método científico que apreenda o máximo dos desafios e das problematizações existentes no âmbito do ambiente pesquisado, de modo a gerar um circuito interpretativo de uma dada realidade.

Para esta pesquisa, fizemos a exploração inicial do objeto de estudo, o PAF Jequitibá, que nos permitiu a observação da realidade e situação local. Deste modo, foi possível (re)elaborar, ou (re)adequar os procedimentos para o desenvolvimento do tema a ser pesquisado.

A pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa, pois, o estudo da vivência dos camponeses assentados no PAF, exigiu uma análise da objetividade concreta local e temporal. Posto que, as investigações qualitativas examinam costumes, comportamentos, atitudes e experiências de vida e neste estudo, buscamos descrever a situação vivida pelos camponeses. Uma realidade que se mostra através de representações sociais sob diferentes interpretações, explicações, justificativas e questionamentos.

No contexto em que estão inseridos os projetos de desenvolvimento sustentáveis, a abordagem qualitativa pode agregar várias áreas de estudo e permite, desta forma, trabalhar com um olhar interdisciplinar, de forma a evidenciar a vivência humana, assim como o seu significado. Podemos pensar a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento (FAZENDA, 2012, p. 34). Conhecer o processo de desenvolvimento da modalidade de assentamento PAF é enxergar que a natureza e os sujeitos sociais são interdisciplinares e que coexistem de modo integrado e atuante.

Para um melhor entendimento das transformações socioeconômicas ocorridas no PAF Jequitibá, se fez necessário tomar caminhos metodológicos que orientam para uma compreensão da proposta no sentido de obter respostas para perguntas e objetivos específicos, a escolha por um processo metodológico diverso e adequado, baseado na visão de mundo do homem do campo e na implantação e gestão de políticas públicas governamentais.

2.1 O estudo em campo

Para os primeiros passos no sentido de abarcar o tema e buscar as repostas relativas a uma década de história – do PAF e de vida das pessoas, algumas limitações nos foram impostas pela natureza e pela própria dinâmica e complexidade do Projeto.

A primeira delas é que, não há outro projeto de igual modelo no Brasil, o que nos forçou a elaborar interpretações específicas sobre o PAF Jequitibá, no entanto, o referencial teórico sobre política agrária foi um ponto norteador para o desenvolvimento da pesquisa. A segunda limitação está relacionada à temporalidade sazonal da região amazônica. Rondônia se caracteriza por um período de intensas chuvas e uma estação de seca. Durante os meses de chuvas foi impossível realizar a coleta de dados em determinadas áreas – nas linhas de penetração, LPs, – que cortam o Assentamento. Com o grande volume de chuvas na área, os rios, riachos e igarapés transbordam e impede qualquer tipo de movimentação em muitas LPs, o que leva os assentados a ficarem “ilhados” por semanas. Logo, só foi possível coletar as informações no PAF Jequitibá no período de estação da seca. Para a aplicação do questionário seguimos as seguintes fases:

Primeiro: a coleta de dados teve por finalidade conhecer a situação de vida social e econômica das famílias nos dez anos de implantação do PAF Jequitibá. O questionário semiestruturado possibilitou levantar maior volume de informações sobre a vida dos

assentados. A aplicação específica dos questionários consistiu de quatro visitas definidas para tal propósito entre os meses de junho e julho de 2016.

As abordagens para a aplicação dos questionários foram realizadas por núcleo familiar e as visitas aconteceram nos ambientes escolhidos pelas próprias famílias. O tempo de aplicação por questionário ficou em média de 2h15min e levou-se em conta o tempo de disponibilidade do entrevistado.

As perguntas semiabertas do questionário tiveram por finalidade, dar liberdade para que o entrevistado pudesse expor as narrativas e experiências vivenciadas no PAF, não sem antes, explicar e pedir autorização, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para o posterior uso das informações constantes do questionário. O uso do TCLE tem como base o código de ética e deve ser empregado "na prática diária no campo e no processo de pesquisa para evitar a maleficência e produzir a beneficência positiva" (FLICK, 2009, p. 51).

Desta maneira, um caminho adotado na organização dos dados desse estudo foi considerar codinomes para os entrevistados, na intenção de resguardando-lhes o direito de preservação de suas identidades, o que em essência, sela o laço de confiança e respeito estabelecido na relação pesquisador-colaborador no campo de estudo. Assim, os verdadeiros nomes dos beneficiários assentados não serão expostos neste estudo, conforme consta do compromisso assumido pelo TCLE. Para tanto, as mulheres receberam codinomes de Maria e flores e os homens José e árvores.

Segundo: na fase de análise dos dados foram utilizadas as ferramentas do sistema Microsoft (Excel e Word 2010) para a formatação das informações. Na utilização de mapas da área do PAF Jequitibá, recorreu-se a técnica de manipulação de mapas (LANDSAT 5) para a representação espacial do objeto em estudo.

A visita aos núcleos familiares e as informações iniciais serviram de base para que pudéssemos dimensionar e quantificar o tamanho da amostra para o trabalho da pesquisa de campo. A aplicação dos questionários e as entrevistas foram realizadas de forma distinta, marcados principalmente pela dificuldade de visitar várias famílias em um só dia. As Linhas de Penetração - LPs, num total de 13, são distantes uma das outras, o que tornou impossível duas ou mais visitação por ida a campo. As visitas nos possibilitaram conhecer a forma de organização das famílias, assim como fazer uma leitura da paisagem local.

2.2 Participantes da pesquisa

Os critérios para a escolha dos participantes incluíram: i) pessoas que já constam como assentados beneficiários no cadastrado Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária – SIPRA do INCRA; ii) não se fez escolha ou exclusão dos que moram ou não nos lotes dentro do PAF; iii) aceitação e disponibilidade dos beneficiários em participar do estudo e; iv) agentes institucionais ligados diretamente ao desenvolvimento do PAF (EMATER/RO, INCRA, SEDAM).

Foi realizada a coleta de dados com 25 famílias, correspondendo a 5% do universo de 507 já assentadas pelo INCRA. Entendeu-se ser este quantitativo adequado para a apreensão das questões propostas na pesquisa. A escolha do número de 25 assentados se deu em função dos resultados aparecerem iguais nas respostas quanto as questões de atendimentos e a análise de cadastro emitido pelo INCRA, o SIPRA.

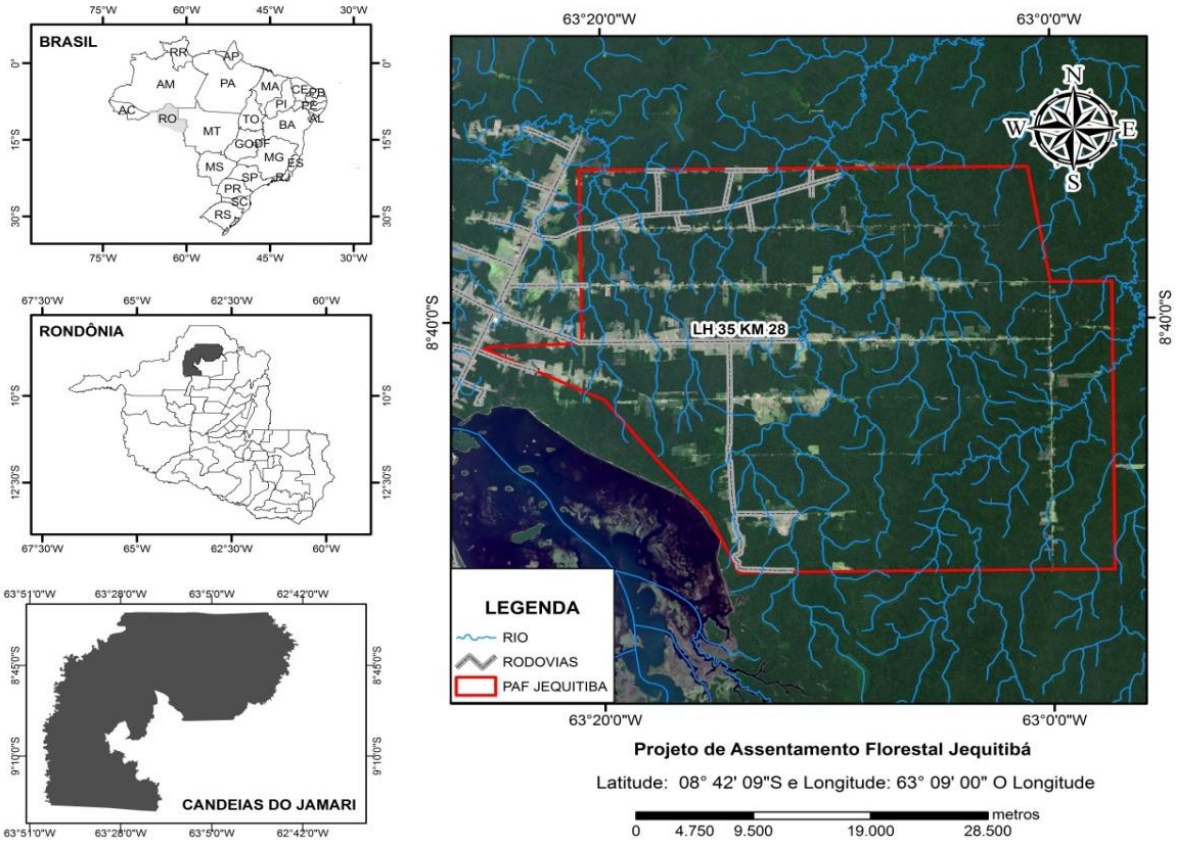
As famílias contatadas estão envolvidas no processo de implantação e desenvolvimento do PAF desde o seu início, em 2007. Não se definiu um critério sistemático para o percentual amostral dos beneficiários, tendo em vista a condição de “espalhamento” das famílias assentadas na área e as distâncias entre as Linhas de Penetração - LPs. Duas propriedades foram excluídas por não constarem do cadastro SIPRA/INCRA/RO

Conforme contato com as famílias para a coleta de dados, estas tiveram a liberdade de escolher aonde era possível conversar. Assim, algumas vezes foram os próprios sujeitos de pesquisa que determinavam os locais (nas próprias residências ou nas reuniões dos grupos para discussões relativas as suas demandas e encontro das ações sociais desenvolvidas pelos órgãos gestores do PAF) para responder aos nossos questionamentos.

2.3 Localização da área de estudo

A área de estudo compreende os limites do PAF Jequitibá (Fig. 5), localizado em Candeias do Jamari (RO), em uma área destinada pelo INCRA para o assentamento de 597 famílias.

Figura 5. O PAF Jequitibá no município de Candeias do Jamari



Fonte: Imagem Satélite LANDSAT 5 – TM 232 66. 16/08/2009. ESCALA: 1:50.000

A formação inicial deste município acompanha a história de formação do atual Estado de Rondônia. Em 1939, o governo de Mato Grosso, instalou um Distrito Policial no local pertencente ao município de Santo Antônio do Alto-Madeira. Um pequeno lugarejo, às margens do rio Candeias, servia de ponto de parada para os que andavam pela região e como depósito de borracha para quem navegava pelo rio e foi nesse cruzamento da rodovia Mato Grosso/Amazonas que se formou uma povoação, que ficou conhecida como Vila Candeias.

Em 1950, foi implantado na região, a Colônia Agrícola de Candeias, assim como o Projeto de assentamento Rio Preto Candeias, este último em 1986, local onde 522 famílias foram assentadas em lotes de 60 hectares. Com a abertura da BR-364 na década de 1970, e a

ocupação do Estado de Rondônia, pessoas de várias partes do Brasil se fixaram em lotes distribuídos pelo INCRA.

A ligação entre a capital Porto Velho e o município, que fica distante 20 km, é feita por duas pontes, a primeira construída na década de 1960, que servia a todo tráfego na BR-364, em qualquer direção (norte ou sul de Rondônia). Em 2010, foi inaugurada a segunda, construída ao lado da primeira e não foi necessário desativar a antiga.

Candeias do Jamari foi elevado a município do Estado de Rondônia em 1992. O município possui uma área de 6.844 km², faz divisa ao norte e a oeste com Porto Velho, a leste com Itapuã do Oeste e ao sul com Alto Paraíso.

Uma parte da área do município é tomada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Samuel que tem capacidade geradora instalada de 217 MW de energia e destina-se a abastecer os estados de Rondônia e Acre. O lago tem extensão 579 km², em sua porção interior ele tem entre 15 e 20 km de largura, com profundidade média de 5,8 metros e armazenamento de cerca de 3,2 bilhões de m³ (SANTOS, 1996, p.4). Por ser o rio Jamari de característica plana, foi necessário a intervenção humana com a escavação para a queda d`água e consequentemente gerar energia. O dique construído ao longo do leito do rio tem extensão de 50 km em cada margem, o enchimento total do reservatório aconteceu em 1989, mas, a construção da hidrelétrica teve início em 1982 e foi concluída em 1996. A UHE Samuel está situada cerca de 52 km de Porto Velho pela BR 364.

Com a construção da hidrelétrica na localidade denominada de Vila Samuel, cerca de 23 famílias, um contingente de 1.700 pessoas, que viviam sobretudo do extrativismo e da pesca foram deslocadas para outros lugares, principalmente para Vila Candeias, distante cerca de 30 km.

De acordo com Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a obra foi responsável pelo deslocamento de grupos familiares de pequenos agricultores e ribeirinhos que, expulsos da área, sem nenhum tipo de indenização ou reconhecimento de seus direitos, foram se alojar na cidade de Candeias do Jamari e nas periferias da capital Porto Velho, originando grandes bolsões de misérias e aumentado ainda mais as desigualdades sociais já existentes, tanto por conta da grande quantidade de pessoas que chegaram a região para trabalhar na construção da hidrelétrica, quanto pelo crescimento desordenado da cidade.

A economia do município é basicamente concentrada no setor de extrativismo vegetal (extração de madeira), agricultura de subsistência, produção de leite, pecuária e hortaliças.

De acordo com o IBGE, a população do município em 2016 foi estimada em 24.719 pessoas, distribuída em uma densidade demográfica de 3,36 hab/km². Candeias do Jamari conta com um hospital que atende somente casos menos complexos, bem como escolas de Ensino Fundamental e Médio.

O Projeto Jequitibá é um dos vários assentamentos localizado no município de Candeias do Jamari, logo, parte do atendimento em saúde, educação, assistência técnica e jurídica, é de responsabilidade do poder público local. O assentamento fica distante 37 km do centro urbano municipal e 7 km de Vila Nova Samuel, distrito referência para a entrada no PAF. O acesso é feito pela BR 364 sentido Cuiabá, a esquerda, passando por dentro a Usina Hidrelétrica de Samuel.

3 PERCEPÇÃO, MUDANÇA E (RE)ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES NO PAF JEQUITIBÁ

Na organização do trabalho, se leva em consideração o desenvolvimento e a produtividade das atividades desenvolvidas pelos camponeses em suas propriedades. Os camponeses não se recusam a desenvolver suas habilidades tradicionais da prática agricultável no sentido de aprender e lidar com novos modelos de desenvolvimento e de gestão. Nesta modalidade de projeto – PAF, busca-se desenvolver competências no sentido de maturar articulações nos diferentes níveis do chamado desenvolvimento sustentável. Desta forma, o modelo proposto exige uma nova percepção nos modos produção, mudanças que corporificam e reorganizam o espaço.

Ao partirmos dessa análise, é possível visualizar a dinâmica das diferentes percepções dos atores sociais envolvidos nesse processo. Neste caso, todos são ou se tornam responsáveis, de forma direta ou indireta, por um espaço natural, onde a realidade existente é composta por diversidades culturais e sociais distintas.

Segundo Martins (1995, p. 17), deve-se dar ênfase à importância de ouvir o campesinato, em um sentido coletivo de representação do lugar, é preciso captar o sentido dessa fala coletiva, do gesto, da ação, da luta, ao invés de apenas imputar-lhe sentido de alguma coisa, no caso em particular do PAF, a sustentabilidade como plano ideal e as dificuldades dos assentados como realidade.

O espaço Jequitibá tem como base de sustentação a premissa de área de conservação. Cabe aos órgãos gestores parte da responsabilidade de resolver os infindáveis problemas que emperram o desenvolvimento socioeconômico das famílias que já estão assentadas, e por consequência, o não desenvolvimento regional/local da área. A percepção e avaliação do espaço são entendidas de diferentes maneiras por todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento do PAF.

Os tecnocratas governamentais avaliam o espaço de forma separada, entre áreas ecológicas de preservação, conservação e uso antrópico, ou seja, o espaço é utilizado de acordo com a sua devida qualificação. Já os camponeses percebem o espaço de forma mais global, visualizam uma prática entendida como trabalho, com as potencialidades e possibilidades oferecidas pela natureza. No entanto, o PAF é um espaço diferenciado em

virtude da sua condição de vulnerabilidade ecossistêmica, o que leva ao uso parcial de seus recursos naturais pelos camponeses, que restringe, de certa forma, suas atividades no meio.

O conjunto de saberes dos camponeses e os seus conhecimentos, resultantes de sua relação direta com a natureza, mais as suas formas organizacionais sociais, políticas e produtivas, compõem o que deve vir a ser o mote da modalidade PAF, a sustentabilidade como eixo principal de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Deste modo, sendo a prática agroextrativista no uso múltiplo dos recursos naturais, constitui-se o norte para a autosuficiência/autosustentabilidade do assentado do PAF Jequitibá.

É impossível não abordar, ao menos um pouco, a história de vida das pessoas que moram no Projeto PAF. Estas chegaram em busca de uma vida melhor, vieram guiadas pelo sonho de ter um pedaço de terra para plantar e viver. Mas, ao longo desses dez anos de espera e lutas, seus ideais foram submetidos a transformações, capitaneadas pela implantação de condições que, a princípio não se harmonizavam com as formas de vida camponesa tradicional.

Para uns, administrar os possíveis lucros e a preservação da natureza, se mostra presente na configuração de um sistema agroecológico/agroextrativista. Ainda que a experiência dessa técnica, não seja oriunda de uma longa história de vida ligada à prática camponesa. Esse modo de produção não é só uma estratégia de sobrevivência, de gestão organizacional da propriedade, é também, a maneira como a produção econômica pode ser baseada na lógica da parceria entre o camponês e a natureza.

O contexto complexo e dinâmico do PAF orienta para o uso da lógica prática das formas de apropriação dos recursos naturais. Os agentes se apoiam na benesse metodológica do Plano de Manejo Florestal Sustentável e Comunitário - PMFSC para, a seu modo, utilizar as opções e as técnicas que decidem a gestão e o uso dos recursos naturais disponíveis no PAF.

Quando as sociedades ocupam e utilizam espaços com diversidade de ecossistemas, restrições e estratégias de convivência precisam ser elaboradas e implantadas. Foi o caso do PAF, quando os camponeses tomaram o espaço, tiveram que aceitar as condições normativas e institucionais impostas pelos órgãos gestores.

Diante do ponto de vista ecológico, as práticas agrícolas desenvolvidas pelos camponeses no PAF, apresentam um sistema integrado que se desenvolve de forma limitada,

por mais que a assistência técnica disponível para atendê-los, lhes permita certa liberdade na escolha dos produtos a serem produzidos em seus lotes.

3.1O papel associativo dos camponeses no PAF Jequitibá

Vem de longa data a tradição dos camponeses criarem organizações para defender a bandeira da reforma agrária. Em 1946, a Constituição Federal, em seu Artigo 147 constou que o uso da propriedade seria condicionado ao bem estar social e com igual oportunidade para todos, com base nesse direito, os trabalhadores, não só do campo, como também de outras categorias, a organizarem-se em sindicatos, ligas e federações.

A "organização e a luta camponesa para retornar a terra se constituem como uma das principais características do campo brasileiro" (ROOS; FABRINI, 2009, p.1). A resistência é visualizada na organização dos movimentos sociais que passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

Esta forma de organização está presente na política de ocupação do PAF Jequitibá, através da constituição de organizações sociais como associações, cooperativas e movimento de sem terras, os quais surgiram exatamente para promover, estruturar, organizar e ocupar o espaço destinado à reforma agrária. As organizações objetivam formalizar de forma concreta, uma ligação entre os órgãos executores do projeto e os candidatos ao assentamento.

As atividades desenvolvidas pelas associações do PAF, visam ações que contribuam para enfrentamento de lutas das famílias assentadas por direitos e melhores condições de vida no assentamento. As entidades tem função representativa perante as instituições encarregadas da realização do projeto como um todo.

As associações têm papel de representatividade coletiva, umas possuem mais e outras menos membros associados, o assentado se associa àquela que estiver mais próxima de sua casa. A área do PAF é de 137 mil hectares, o que torna a locomoção muito difícil para os associados, que em sua maioria, não possuem nenhum tipo veiculo, para se locomover na área, daí a necessidade de se criar as entidades representativas de acordo a proximidade de suas residências.

As datas para as reuniões são fixadas nos estatutos, mas não são seguidas rigidamente, pois, com a necessidade de encontros "urgente" para tratar de assuntos relevantes, as reuniões

são convocadas de forma extraordinária e realizadas para que se discuta as questões de interesse dos assentados e os problemas de ordem pública como estradas, solicitação de energia elétrica, saúde, educação, áreas comunitárias e políticas de atendimento cidadão.

Um exemplo de importância da coletividade associativa do PAF está na primeira versão do Projeto, quando a forma de moradia era o modelo de agrovila (fig. 4), onde todos os assentados ficariam alocados em um único espaço. Os então, ainda candidatos a beneficiários do PAF, não concordaram, alegavam que não tinham costumes de viver e trabalhar desta forma. Muitos dos candidatos, já moravam na área na condição de posseiros e se perguntavam como, simplesmente sair do seu lugar e ir para outro, "a gente pega amor ao pedaço de terra que a gente já tem desde o começo" afirmou um camponês. Esse apego a terra também justifica a resistência dos camponeses quanto ao novo modelo do lugar, que "é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente e é igualmente essencial" (ESCOBAR, 2005, p. 133) para fortalecer as lutas camponesas. Após muitas discussões e argumentações, o sistema de moradia em agrovila foi retirado do Projeto.

De acordo com Machado (2008, p. 44-45), as instituições que representam os assentados auxiliam os assentados nos seus aspectos organizativos. Machado entende que a evidência das entidades representativas emerge quando nas reuniões, os órgãos gestores solicitam o apoio destas, que funcionam como um ponto de contato entre as instituições executoras e a coletividade dos assentados. Essas entidades representam a defesa de seus associados em relação as variadas questões jurídicas, econômicas, política, social e ambiental. Do universo pesquisado (25 famílias), 17 assentados (74%) estão associados a alguma entidade (associação, sindicado rural ou cooperativa) e 6 não participam de nenhuma forma de associação (26%).

3.2 Do MCC ao PAF Jequitibá

O Movimento Camponês Corumbiara - MCC foi fundado em fevereiro de 1996 por alguns camponeses após o conflito ocorrido na fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, no sul de Rondônia. O MCC organizou vários trabalhadores sem terras e ocuparam o perímetro do Jequitibá em 2006.

Adelino Ramos, coordenador do MCC àquela época, descreveu que foram vários meses de negociação das lideranças do movimento com os representantes do INCRA, numa tentativa de ir para a área sem que não fosse pelo viés da invasão, no entanto, as negociações

não avançaram como o planejado pelo MCC. Então o movimento decidiu pela ocupação à margem do rio Ajuricaba (Fig. 6A), na LP-35 e lá foi instalado e legitimado o acampamento (Fig. 6B). A delegacia ambiental, o IBAMA e a Polícia Florestal foram chamadas para ter ciência da instalação do acampamento, cerca de setenta famílias que faziam parte do MCC ficaram no assentamento. Eram oriundas de vários municípios rondonienses e até de outras regiões do país.

Figura 6. Margem do rio Ajuricaba (A) e acampamento do MCC (B) em 2007, LP-35

Fonte: Jeanne M. Machado, 2007.

Em visita ao assentamento em 2007, constatou-se a precariedade das condições as quais os acampados estavam submetidos, sem nenhum tipo de infraestrutura básica, não havia energia elétrica e nem água tratada. As famílias foram cadastradas pelo INCRA e passaram a receber uma cesta básica, todos viviam em barracos de palha e lonas pretas, cercados pela floresta e por fazendas. O atendimento à saúde era inexistente, mesmo com um alto índice de malária, apenas um servidor da FUNASA visitava o local uma ou duas vezes por mês para fazer a distribuição do remédio e coletar novas amostras de sangue para fazer os exames. O local mais próximo para comprar uma simples aspirina, era Vila Nova Samuel, a distância de 28 km.

O acampamento era organizado e imperava a ordem, com rígidas regras de comportamento impostas pela coordenação do movimento. O objetivo era a conquista da terra, mas sem confrontos com os moradores locais. A pequena área ocupada pelo MCC à época pertencia a um fazendeiro, que após a instalação do assentamento pelo INCRA, foi devolvida ao proprietário, sem problema algum e hoje é área de pasto.

No acampamento foi implantada uma escola para as séries iniciais do 1º a 4º ano, mantida pelo próprio movimento com um professor cedido pela prefeitura de Candeias do Jamari, as crianças e jovens em séries adiantadas (fundamental e médio), se deslocavam todos

os dias em um ônibus também cedido pela prefeitura para estudar nas escolas na sede do Município, isso quando era possível passar pela estrada ou se o ônibus não tivesse com algum problema (uma constância, nos dois casos).

Junto a organização do acampamento e do próprio movimento, os acampados recebiam orientação e cursos relacionados à exploração agroextrativista e preservação ambiental. A priori, a nova modalidade, com base no extrativismo florestal, foi recebida com certa desconfiança pelos trabalhadores, no entanto, as explicações das autoridades responsáveis pelo PAF e as orientações dos líderes do MCC, passaram a esclarecer como viria a ser desenvolvido o novo modelo agroextrativista. A partir de uma serie de esclarecimento, todos passaram ter uma noção do que vinha a ser a nova formatação do Projeto Jequitibá, ainda que muitos não concordassem com o modelo de trabalho coletivo.

O movimento MCC realizava atividades entre seus integrantes através de seminários relacionados à questão agrário-ambiental, que era explanado como um modo de

> só trabalhar de uma forma organizada com a decisão de todos respeitando o próprio projeto de manejo [...]. É em cima disso que a gente trabalha, que a gente capacita [...], pra poder chegar numa área dessa legalmente e saber trabalhar dentro do projeto de manejo (Adelino Ramos, coordenador do MCC, 2007).

No PAF, o MCC findou quando os trabalhadores já estavam cadastrados pelo INCRA para receberem os lotes de terra. Ao longo desses dez anos, muitos candidatos desistiram de continuar no projeto, os que permaneceram foram aos poucos recebendo os lotes, alguns somente 10 hectares, para manter a própria produção de subsistência e o restante da terra está dentro do PMFSC. Muitos assentados moram nas LPs bem distantes das vilas e sem qualquer infraestrutura, o que os leva a sair, mas não a abandonar o lote, os beneficiários que não conseguem manter-se em seus locais de assentados, moram em Porto Velho, Vila Boa Esperança na LP-35 ou em Vila Nova Samuel.

3.3 Vila Nova Samuel: principal porta de entrada para o PAF Jequitibá

Vila Nova Samuel é um polo aglutinador de antropização na área do PAF, embora esteja situada fora dele. Com a substituição da floresta para fins agropastoril e desmatamento a corte raso de madeira para abastecer as madeireiras implantadas na área, a Vila tornou-se

um local de crescimento rápido e sem infraestrutura básica para atender ao contingente de trabalhadores que ali passaram a se instalar.

Figura 7. Distrito de Vila Nova Samuel

Fonte: Aldecira P. Miranda, 2016.

Para adentrar ao assentamento, o acesso mais rápido é indo até Vila Nova Samuel. Foi nesse pequeno distrito do município de Candeias do Jamari que várias famílias de camponeses decidiram morar enquanto aguardavam ou ainda aguardam serem assentadas ou mesmo para fugirem do alto índice de malária que existe dentro do assentamento e também das difíceis condições de sobrevivência nas linhas mais distantes.

Em Vila Nova Samuel estão concentradas as raras atividades culturais da área, como igrejas (católica e protestantes), uma associação, onde ocorre as reuniões dos associados e outras atividades de socialização e interação, bem como ser a Vila o ponto de referência do único ônibus que faz o translado dos moradores para Candeias do Jamari e Porto Velho, cujo roteiro é, saída da Vila pela manhã e volta a tarde. Os moradores do local contam com energia elétrica, posto de saúde e uma escola com quadra poliesportiva para atender o Ensino Fundamental.

Todas as principais Linhas de Penetração – LPs do Projeto dão acesso a Vila Nova Samuel. A linha que corta o distrito é a Linha 45, é por esta que se chega praticamente a qualquer lugar dentro do PAF. Esta linha tem início na travessia da UHE de Samuel e segue até o final da Floresta Nacional de Jacundá. Está sempre em bom estado de conservação, visto

que é por ela que trafegam os caminhões de bois das fazendas, bem como o escoamento da madeira retirada da região.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO PAF JEQUITIBÁ

Para desenvolver-se, o homem teve que transformar o seu modo de vida primitivo junto à natureza ou mesmo intervir nela para que, a partir daí pudesse criar seus próprios meios de subsistência, quer dizer, passou a ser obrigado a produzir de forma organizada. Esta experiência começou a se desenhar com o início de atividades simples, mas muito significativa, o extrativismo, era o início da produção econômica, baseadas na colheita, na caça e pesca.

Os variados entendimentos sobre o tema, desenvolvimento sustentável, mostra o alcance de sua importância para toda a sociedade, pois, tem-se em mente a ideia de manutenção dos recursos naturais, para as gerações atuais e futuras. Estudiosos do assunto expõem aspectos que formam o pilar da chamada sustentabilidade, em que tudo deve estar em equidade. Essa base tem por finalidade, promover o ideal equilíbrio entre o sistema ecológico no qual vivemos, assim como a manutenção econômica em evolução, que através da obtenção dos recursos naturais, custeia nossos modos de vidas, bem como permite o desenvolvimento social dos povos, em base justa e benéfica para todos.

Quando das primeiras visitas ao local, em 2007, e perguntado aos camponeses qual era o entendimento destes para o termo sustentabilidade, obtivemos algumas respostas do tipo: "É sustentar. Para nós e para o próximo também, [...], o que produz aqui (no lugar), não precisamos comprar lá fora [...]. Mas, aí temos sempre que plantar mais, para sobrar um pouco para vender [...]," (Maria Rosa[1] - camponesa, 2007).

O entendimento de Maria Rosa não é uma compreensão teórico conceitual vigente, mas um entendimento cultural do seu meio, que busca obter dos recursos naturais, o suficiente para sobreviver, onde produzir para sobrevivência é uma condição que meio lhe permite.

Já o representante do órgão gestor-executor, à epoca da criação do Projeto, entende que ser sustentável é não poder ter desmatamento em uma região de instituição ambiental, como o PAF.

> Para o INCRA, **sustentabilidade** é o assentado poder morar na região, **produzir e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais** [...], as pessoas que lá vão morar, precisam ter clareza de que ali o extrativismo, a exploração dos recursos

[1] Os verdadeiros nomes dos beneficiários assentados não serão expostos neste estudo, conforme consta do compromisso assumido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As mulheres terão condinomes de Maria e flores e os homens José e árvores.

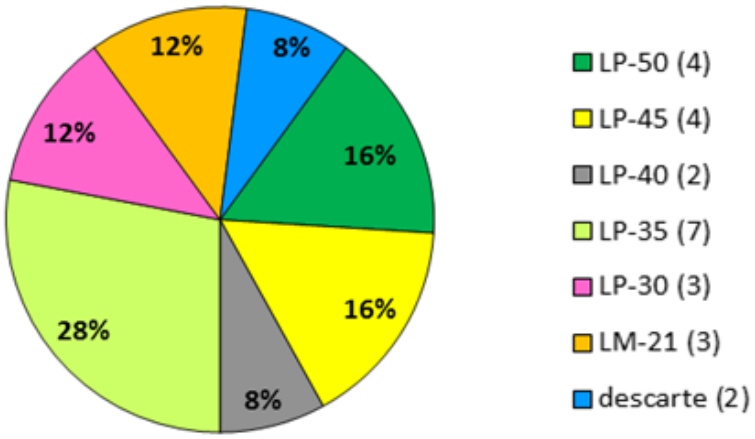
> naturais que é da floresta, [...] precisam ser feito dentro de uma racionalidade [...]. A pessoa precisa ter uma programação de execução das suas atividades econômicas. Então pra nós a **sustentabilidade** é isso, os agricultores poderem **trabalhar e produzir** nessa área **com o mínimo possível de degradação ambiental.**
>
> (representante do INCRA/RS17, 2007).

Aqui a definição do representante da instituição executora do Programa está validada nos princípios do que preconiza o conceito de desenvolvimento ambiental, quando produzir e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais é, atender às necessidades essenciais mais básicas da sociedade e, ao mesmo tempo, preservar os recursos, com limitação ao uso do meio ambiente, fazendo com que a exploração dos recursos seja feito de forma racional e consciente. O uso de "uma programação de execução" a qual se refere o servidor é o desenvolvimento de atividades florestais baseadas no PMFSC.

Deste modo, entende-se que desenvolvimento sustentável, em essência, é um processo de mudanças no uso dos recursos naturais, ao mesmo tempo que se deve buscar uma melhor distribuição na equidade desses recursos, de forma que se reduza as mazelas provocadas pela má repartição das riquezas do planeta, de outra forma, não se pode pensar as formas de desenvolvimento econômico sem levar em consideração o meio ambiente.

Atualmente, as propriedades estão distribuídas dentro do perímetro do PAF da seguinte forma: da LP-50, foram incluídas no estudo quatro propriedades (16%); LP-45, quatro (16%); LP-40, duas (8%); LP-35, sete (28%); LP-30, três (12%) e Linha Marginal-21, três (12%).

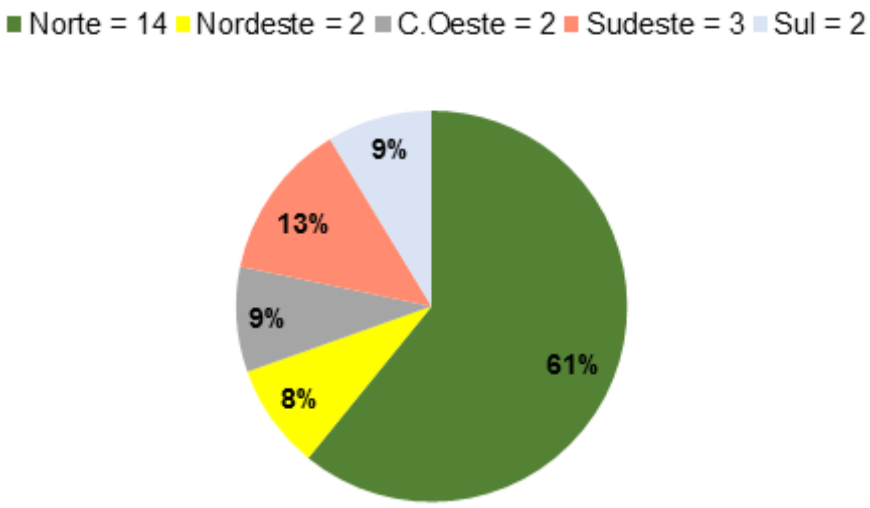
Gráfico 1. Demonstrativo percentual das propriedades nas Linhas de Penetração - LP no PAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Os assentados do PAF Jequitibá são oriundos de todas as regiões do País (Gráfico 3). A maior porcentagem é de 61% para a região Norte.

Gráfico 2. Origem dos assentados no PAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

A ocupação na área do assentamento se deu bem antes da criação do PAF, quando a área ainda não era destinada ao programa de reforma agrária. Encontrados que dona Maria Margarida, 62 anos, chegou ao PAF no ano 2000; José Jatobá, 55 anos foi morar na área em 2001; Maria Violeta, 49 anos, acampou em 2006; Maria Iris chegou em 2007 e a família de José Mogno entrou na área do PAF em 1986. Estes são alguns exemplos do tempo que muitas famílias ocupam o espaço do PAF.

Constatou-se pela amostra que 15 famílias vivem dentro do Projeto PAF e dispõem do mínimo de infraestrutura (estrada e energia elétrica) e estão situadas nas LPs 35 e 45, a menos de 30 km de Vila Nova Samuel. Contatamos 5 famílias que moram em Porto Velho, 4 na Zona Leste e 1 na Zona Sul, são famílias que estão assentadas nas linhas LP-40; LP-45 e LP-50, estas são linhas de difícil acesso, locais que ficam meses sem que os assentados possam receber qualquer tipo de assistência, as vezes é difícil entrar ou sair dos lotes, principalmente no período de intensas chuvas na região, não há transporte escolar para as crianças, nem energia elétrica e, na maior parte do ano, nem estradas.

A LP-50 é uma estrada quase inexistente (Fig. 8), não existe saída (ou entrada) em uma parte da estrada (se seguir para Oeste, sentido Vila Nova Samuel), esta finda em um propriedade e nem mesmo os assentados conseguem seguir em frente, se forem para Leste, também têm problemas, as condições dos poucos quilômetros de estrada é de grande

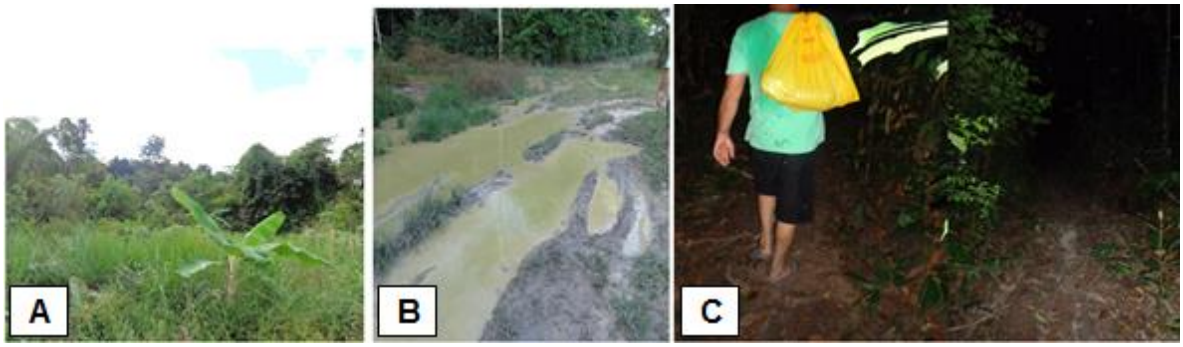
dificuldade e os moradores precisam fazer um contorno até o fim da LP-45 para acessar a LP-50, que faz limite com a Floresta Nacional de Jacundá. Devido a todos esses empecilhos, os agricultores improvisam “carreadores”, caminhos que cortam a floresta por 5 km ou mais, passando por dentro dos lotes de outros assentados.

As cinco famílias que têm terras no assentamento e moram em Porto Velho, justificam que é impossível viver nestas LPs pela completa falta de infraestrutura. Ainda assim, os assentados estão sempre nos lotes, fazendo plantações, embora não possam vender a produção, mas continuam a cuidar da propriedade contra a invasão de pessoas que entram nas terras e as ocupam. A ocupação por invasores é um dos problemas mais sérios que os assentados enfrentam no dia a dia dentro do PAF.

Encontramos um casal de assentados que está morando em Porto Velho e quando perguntamos por que, contaram que vieram até a cidade para consultas médicas e exames e ao retornarem para o lote – na LP-50, outra pessoa estava ocupando a propriedade, dizendo que tinha encontrado o local abandonado, o casal explicou o porquê de não estar presente naqueles dias em casa, então pediram ao invasor que se retirasse, mas este se revoltou, agrediu o assentado a coronhadas de revólver e o ameaçou de morte. A família fez um Boletim de Ocorrência na delegacia de Candeias do Jamari e foi orientada a não voltar à propriedade até que se resolvesse a situação.

Quando questionamos o INCRA/RO, quanto a esta situação, fomos informados que a autarquia não tinha conhecimento de tal fato, mas que a Ouvidoria iria tomar as devidas providências no sentido de expulsar o invasor e devolver a propriedade ao casal beneficiário que ocupa o espaço desde 2001. Esta família de cinco pessoas vive na Zona Leste de Porto Velho, tem muita dificuldade de encontrar trabalho na cidade, visto que não possuem outra profissão que não a de agricultores. Depois da aplicação do questionário, percebemos que diante de tal situação, se fazia necessário uma intervenção de ajuda àquelas pessoas, através de cesta básica e orientação por seus direitos básicos de cidadãos, foi o que nos coube naquele momento.

Figura 8. Situação da Linha de Penetração – LP-50 (A: fim da estrada. B: parte trafegável. C: carreador de acesso a LP-50 e LP-45 pela a floresta)



Fonte: Aldecira P. Miranda, 2016

Em Vila Nova Samuel residem três famílias, estas têm seus lotes na Linha Marginal 21, outro local distante, quase isolado e sem infraestrutura adequada para que as famílias fiquem na área. O INCRA tem conhecimento da situação e monitora se os assentados estão em constante cuidado com o lote.

4.1Linha de Penetração LP-35: Vila Boa Esperança

Esperança. Era o que todos tinham (e ainda têm) quando chegaram ao PAF Jequitibá, esperança de dias melhores, trabalho, sossego, enfim, esperança de viver bem e com dignidade.

Vila Boa Esperança, que bem podia se chamar vila da persistência, nasceu praticamente junto com a criação do PAF. Foi próximo deste local que o MCC instalou um acampamento, que era apenas uma minivila.

O plano inicial das moradias de base agrovila do projeto, não foi de todo eliminado, visto que as famílias moram em sistema bem semelhante, a Vila é um lugar planejado para escolas, igrejas, área de lazer, associação e espaço residencial, tem ruas encascalhadas, bem traçadas e largas em bom estado de conservação. O modelo da vila evidencia, praticamente, o mesmo padrão desenhado na planta primeira do Projeto PAF (Fig. 9).

É neste local que se concentram várias famílias, pois, a área de 10 hectares que as famílias cultivam fica nos arredores da Vila, denominadas por estes de linhas de lotes. Assim, podem ir cedo para a roça e voltar no final do dia, apesar de que, conforme respostas das famílias, estas preferissem morar no local de sua produção. A falta de energia elétrica, a condição precária das estradas vicinais, alagamentos e a falta de transporte para escoar a produção, são motivos que os fazem morar na Vila.

Na Vila existe um pequeno comércio, composto de um açougue, uma pequena oficina de mecânica de automóveis e um bar-mercearia. Os moradores dispõem à venda de produtos como limão, frutas, verduras, galinha caipira, ovos, polpa de frutas, sucos regionais mandioca e colorau, caso algum visitante passe e pare para comprar. A Vila também é ponto de referência para fazendeiros, posseiros e sitiantes, bem como local de encontro da comunidade para as atividades políticas, culturais e religiosas, tanto para os moradores quanto para as instituições que atendem a região.

Figura 9. Vila Boa Esperança. Linha de Penetração – LP-35
(A: acampamento do MCC em 2007; B: Vila Boa Esperança, 2016)

Fonte: Jeanne M. Machado, 2007 **Fonte**: Aldecira P. Miranda, 2016

O acompanhamento inicial de implantação do PAF desde 2007, nos permitiu ouvir os planos e aprendizados dos candidatos ao assentamento. Percebia-se que, a ideia de trabalhar de forma coletiva em uma área de floresta, não era exatamente o que muitos esperavam. O entendimento de assentado para aquelas pessoas era receber um lote de terra onde pudesse ter liberdade para o cultivo agrícola diversificado e também a criação de animais domésticos. No entanto, a metodologia da modalidade PAF exige outra forma de pensar e agir. O primeiro desafio para os candidatos seria entender que a floresta deve permanecer em pé. Segundo desafio, não é permitida a criação de animais, como suínos e bovinos e terceiro desafio, os assentados devem sobreviver do que a floresta lhes oferece, ou seja, seus modos de vida deverão ter como base, o uso dos recursos naturais.

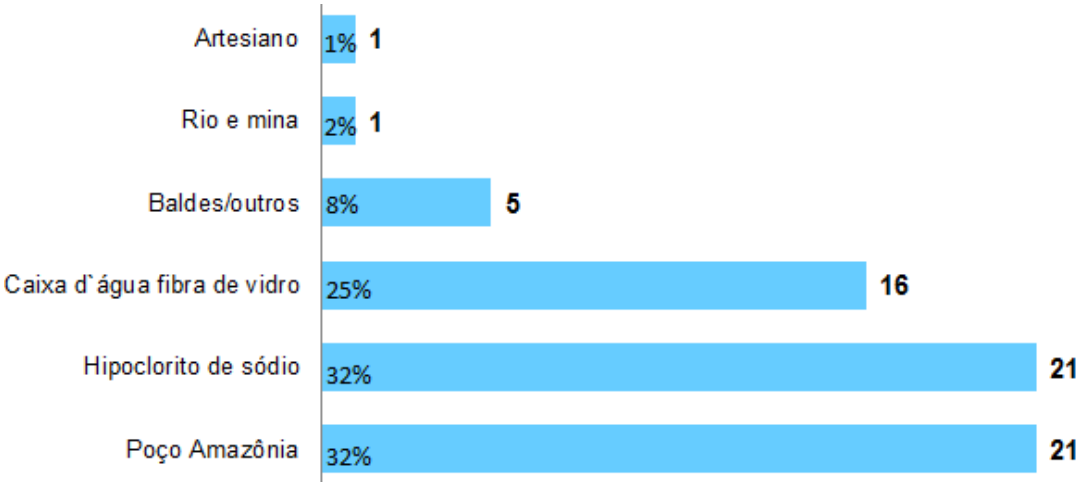
No desdobrar desses dez anos, ideias e planos foram adequados, incorporados ou excluídos no desenho inicial do PAF. Pelo cadastro e análise do INCRA, muitos candidatos não foram considerados aptos a integrar o Projeto, em virtude de já terem sidos beneficiados em programas de distribuição de terras. Outros, mesmo aceitos no cadastro do INCRA, desistiram, o tempo de espera e as difíceis condições de vida no local, foram e são os principais motivos para as desistências.

4.2 Saneamento básico na área do PAF Jequitibá

O abastecimento de água nas residências da área do PAF, em praticamente todas as LPs é feita por meio de Soluções Alternativas Individuais – SAIs, poços amazonas - totalizando um quantitativo de vinte e um dos domicílios (32%) que fazem parte do estudo. O poço amazonas é um modo de captação de água feita pelas famílias assentadas, a profundidade do poço depende da área em que este será aberto. Mas, em qualquer que seja o terreno, a escavação desse modelo é realizada de forma manual e por vezes profunda, sem qualquer preocupação técnica de segurança ou higiênica e busca-se armazenar maior capacidade de água em seu interior.

O reservatório principal nos domicílios é a caixa d`água de fibra de vidro, encontradas em 25% das residências e a forma de tratamento da água é feita com hipoclorito de sódio em 32% das casas, a solução distribuída pelos agentes de saúde municipais. Somente uma residência tem poço artesiano e uma família não possui poço (em Vila Boa Esperança, LP-35), pois, esta utiliza a água da fonte existente na propriedade para o consumo e para a irrigação da produção utiliza água do rio captada através de motor bomba. Uma propriedade na LP-45 possui poço artesiano.

Gráfico 3 – Água: abastecimento, tratamento e acondicionamento domiciliar

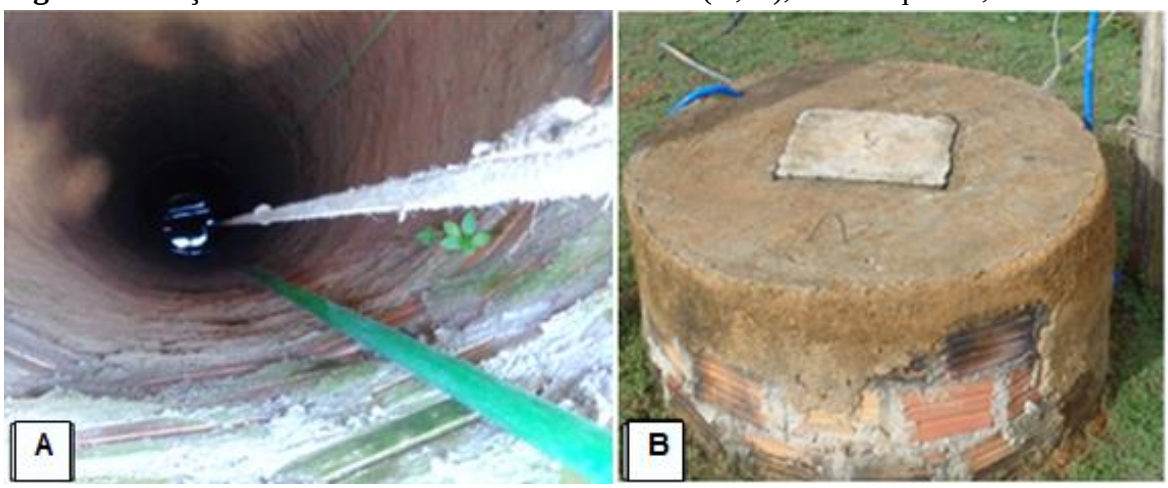


Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O "olho d`água" é o local onde está armazenada a água que irá abastecer o poço. Nem todos os poços das residências possuem uma circunferência feita de tijolos e cimento ao redor da boca do poço (Fig. 10). Em todos são usados anéis de cimento ou manilhas para conter o

carreamento de areia ou desbarrancamento de terra, que muitas vezes chegam a fechar o poço, precisando ser reconstruídos.

Figura 10. Poço amazonas com cobertura de cimento (A; B), PAF Jequitibá, LP-35



Fonte: Aldecira P. Miranda, 2016

Na maioria dos poços não existe uma tampa feita de forma adequada, mas improvisações de várias tábuas colocadas sobre a boca do poço (Fig. 11), não oferecendo nenhum tipo de segurança, principalmente para as crianças e animais. São raros os poços fechados adequadamente. Não foi encontrado em nenhuma residência, algum proprietário (a) que tivesse feito uma análise da água de qualquer dos poços existentes.

No decorrer da pesquisa, não localizamos nenhum profissional com conhecimento técnico na perfuração de poços na área do PAF, todos os poços existentes nas residências foram escavados pelas próprias famílias ou por “homens que sabem furar poços”. Cavar poços também é uma forma de sobreviver para as pessoas que trabalham diretamente com essa atividade, já que não é possível a sobrevivência apenas da comercialização da pequena produção agrícola.

Figura 11. Poço amazonas com cobertura de tábuas (A; B). PAF Jequitibá, LP-35

Fonte: Aldecira P. Miranda, 2016

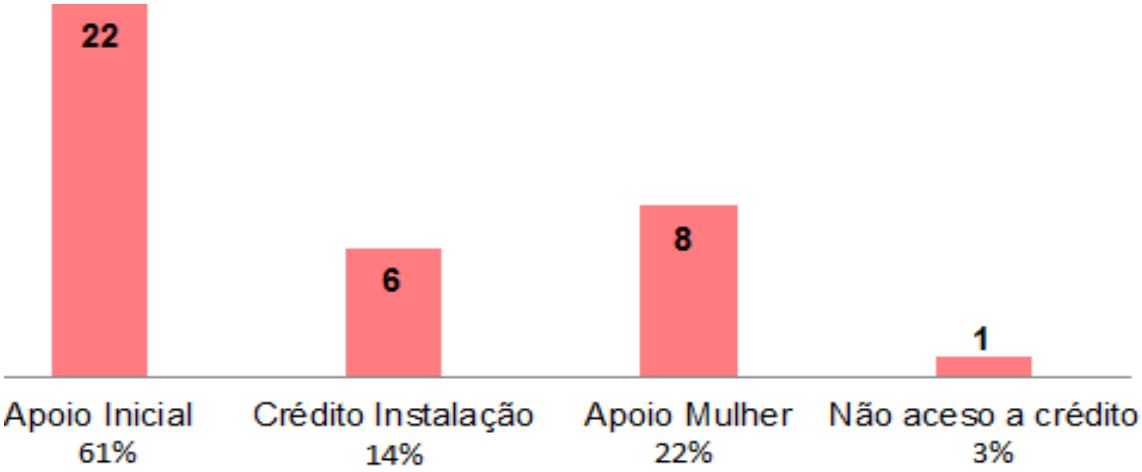
4.3 Acesso a benefícios governamentais pelos assentados no PAF Jequitibá

O Governo Federal disponibiliza créditos para atender as famílias assentadas no início e durante o processo das etapas de instalação dos assentamentos em todo o Brasil.

No PAF Jequitibá, 61% dos beneficiários (incluídos no estudo) tiveram acesso à modalidade de crédito Apoio Inicial I (R$ 2,4 mil por família), esse valor é para que o camponês se instale na terra e adquira itens de primeira necessidade. Segundo os assentados, todo o crédito disponível na loja conveniada (nesta fase inicial, o beneficiário não tem acesso direto ao recurso) foi convertido na compra de materiais como foice, machado, arrame, carriola, utensílios domésticos e alimentos.

Na modalidade Apoio Inicial II foi liberado o Crédito Habitação, em valores entre R$ 7 mil e R$ 15 mil reais para seis famílias (o que correspondeu a 14% do total), destinado à aquisição de materiais de construção para a construção ou reforma dos domicílios. Outro recurso acessível é o Fomento Mulher, uma linha de crédito disponível, especificamente para as mulheres beneficiárias da reforma agrária, este é um recurso voltado para o desenvolvimento de projetos produtivos e cada beneficiária pode acessar até R$ 3 mil para ser investido no desenvolvimento das atividades produtivas. Este recurso foi aplicado na construção de galinheiros, na aquisição de pintinhos e na compra de alimentos para o início da criação de galinhas para corte ou poedeiras (Gráfico 5). Para acessar os créditos é necessário estar assentado, devidamente regularizado no cadastro do INCRA, no CADÚnico e residir no lote.

Gráfico 4. Acesso a crédito rural pelos assentados no PAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

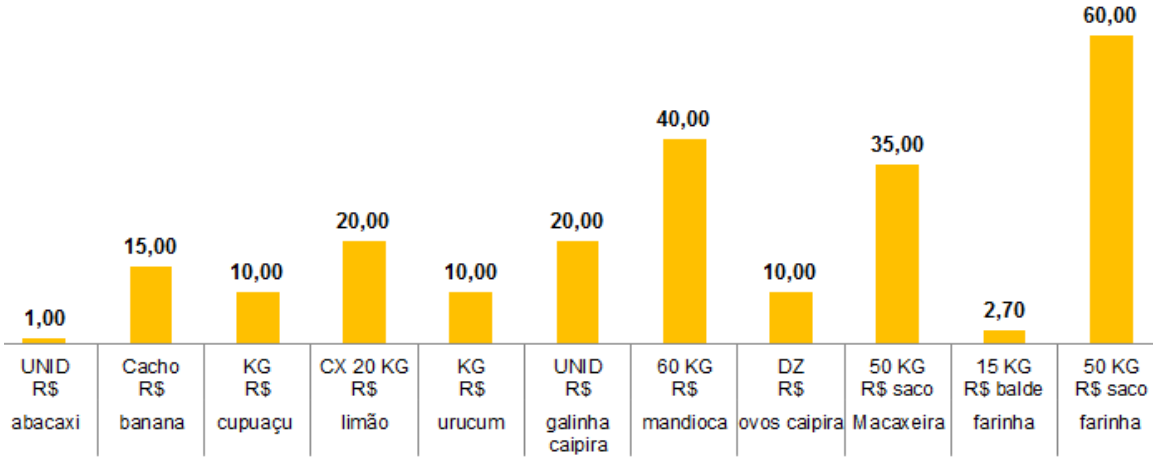
4.4 Produção econômica e êxodo rural como alternativa de sobrevivência

Os agricultores do PAF vivem basicamente do que plantam e criam na propriedade, a produção excedente, raramente é comercializada, muito do que sobra se transforma em comida para os pequenos animais, como porcos e galinhas. A venda do excedente, quando possível, é destinada para a obtenção de outros artigos de primeira necessidade, como remédios, cesta básica, vestuários e pagamento de transporte até os centros urbanos.

As famílias até trabalham com a manufatura de alguns produtos como a produção de compotas, doces, os derivados da produção de mandioca, goma, tucupi e a farinha, mas a venda no mercado local (regional) é difícil, principalmente porque não há como escoar da área do assentamento.

Em todas as propriedades visitadas, constata-se a pequena produção de mandioca (para produção de farinhas e seus derivados), abacaxi, urucum, graviola, café, limão, banana, cupuaçu, cana de açúcar, mamão, caju, laranja, milho, abóbora, feijão, amendoim, goiaba, pupunha, coco, pimenta de cheiro, pimenta do reino, hortaliças, galinhas, patos, perus, galinha da angola, ovos e criação de porcos (Gráfico 6).

Gráfico 5. Comercialização da produção dos assentados do PAF

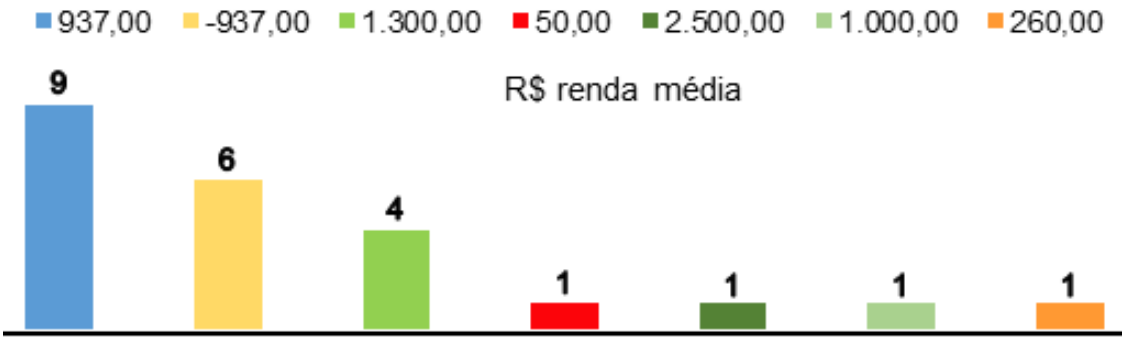


Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O resultado é que os agricultores acabam por vender, quando conseguem, os produtos abaixo do valor de mercado, mesmo que quando negociam diretamente com o consumidor ou comerciantes da região. As redes de trocas que poderiam ser uma alternativa de comercialização, não acontecem devido as difíceis condições de acesso e locomoção entre as LPs. Quem acaba aparecendo mesmo, é o atravessador, que paga preços irrisórios aos produtores. Há sim, fregueses em potencial para a aquisição dos produtos, mas é também complicado para o comprador chegar até os produtores.

Não tendo como sobreviver só do que produzem, os assentados têm que contar com outras fontes de renda. Algumas famílias complementam renda mensal com o recebimento de benefícios por aposentadorias (de um salário mínimo), programas governamentais, como Bolsa Família e ajuda de familiares. Constatamos que mensalmente, nove famílias recebem até um salário mínimo (39%); seis famílias menos de um salário mínimo (26%); quatro famílias até R$ 1.300,00 (18%); uma família até R$ 1.000,00; uma família R$ 2.500,00; uma família R$ 260,00 e um assentado R$ 50,00 (os últimos quatro dados correspondem a 4%) (Gráfico 7).

Gráfico 6. Renda média mensal dos assentados no PAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A difícil condição de vida dentro do assentamento, leva os jovens, filhos dos beneficiários a abandonarem o Projeto, ficando nos lotes apenas os pais, as crianças pequenas e os mais velhos. Sem perspectiva de dias melhores, os pais incentivam os filhos a buscarem trabalho e estudo nas áreas urbanas. Esse afastamento é um duro golpe na unidade familiar, onde a expectativa era que todos continuassem juntos. Para muitos pais, com os filhos ainda pequenos quando chegaram ao PAF, foi o motivo de tanta luta, eles queriam um lugar e dias melhores para criá-los. Dez anos depois, muitos membros das famílias estão separados, visitando-se ocasionalmente, é o êxodo rural em plena atividade, característica marcante do abandono do campo no Brasil.

Ainda que os filhos voltem, a perspectiva não é boa, pois estes trazem consigo a cultura da educação urbana, uma realidade completamente diferente da vivida no campo, uma vez que na cidade, não se estuda o "campo". Estas são realidades contraditórias, posto que o aluno deveria continuar, pelo menos, nos anos do ensino básico, seus estudos no campo. Ao sair para estudar na cidade, o jovem perde parte da experiência que poderia enriquecer a sua vida. Estas experiências, vividas no ambiente rural, tende a integrar e fortalecer a criança ou o jovem a lutar pelos ideais da comunidade, o que dificilmente acontece a partir do momento que o estudante passa a viver as "experiências da cidade", seus referenciais e objetivos passam a ser outros.

É ressaltado pelo resultado da pesquisa de campo que os assentados desejam, manter a tradicional relação de família-terra-trabalho, esta postura se apresenta com muita clareza quando informam que querem viver, com toda a família no assentamento e dividir o trabalho e as conquistas entre os membros familiares. Deste modo, fica evidente que a propriedade, denominada de lote, é o espaço de resistência das famílias, núcleo de união e esperança, apesar das adversas condições a que estes estão submetidos.

Há que se refletir sobre as atuais condições nas quais vivem os assentados, as perspectivas que por hora se apresentam, apontam para mudanças da situação camponesa, mudanças posta por novas concepções, novos paradigmas, mas não para uma transformação da realidade concreta vivida por aquelas famílias. Porém, existem alguns fatores, que nos dias atuais, fazem com que os assentados continuem no PAF: o primeiro, e mais importante, o acesso a terra, mesmo que muitos não estejam morando nela, mas estão cadastrados no sistema SIPRA/INCRA e o fato de constar o nome na lista de cadastro do INCRA, de certa forma enche de esperança a família. Eles sabem que já têm direito a terra, isso é motivo para não irem embora, mesmo após dez anos de espera.

4.5 Educação

O ensino infantil apresenta-se sem estrutura adequada nas linhas que as famílias moram, somente em Vila Boa Esperança, LP-35, havia uma sala de aula improvisada no galpão da associação de moradores. A escola infantil, do 1º ao 4º ano encontrava-se (julho de 2016) em construção, já na fase final para entrega aos moradores. As crianças que moram mais distantes, ainda que na mesma LP-35 ou nas outras, raramente consegue chegar até a escolinha da Vila, principalmente no período de intensas chuvas – o chamado inverno. O transporte escolar é precário, quando funciona, os ônibus são velhos e estão sempre quebrados, segundo os pais.

O Ensino Fundamental é atendido no Distrito de Vila Nova Samuel, a escola atende aos requisitos mínimos para o funcionamento, como salas de aula, banheiros, cozinha, refeitório, sala para coordenação, orientação, espaço administrativo e quadra poliesportiva. A água utilizada vem do poço amazonas, é tratada com hipoclorito de sódio e para o consumo ainda passa por bebedouros com filtros.

Entretanto, há um problema muito sério para os estudantes e moradores, existem várias serrarias na Vila, a fumaça da madeira queimando é constante, as salas de aula não contam com aparelhos de ar condicionados, logo, não podem ficar com as janelas fechadas. O problema se intensifica no período do verão amazônico, - estação do ano sem chuvas - quando, além da fumaça constante que paira sobre a área, há a uma maior concentração de poeira avermelhada da terra, gerada pelo constante vai e vem de veículos, principalmente caminhões toreiros nas estradas. Algumas LPs do assentamento desembocam diretamente na

Vila, que não conta com ruas asfaltadas. Segundo informação dos profissionais da escola, as vezes é preciso liberar mais cedo os alunos das aulas, por ser impossível continuar na escola devido a condição apresentada.

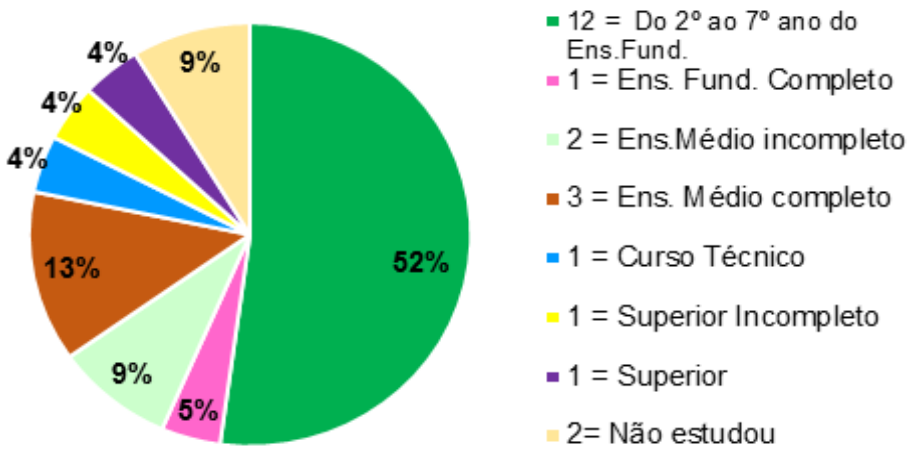
Os alunos chegam até a escola através dos ônibus fornecidos pela prefeitura do município de Candeias do Jamari. No entanto, as dificuldades são tantas que muitos estudantes desistem de estudar. No período das chuvas na região, os ônibus escolares não trafegam, ou porque ficam atolados ou porque as estradas estão completamente alagadas (Fig. 12) ou por outros problemas, desta forma, os alunos não conseguem concluir as séries correspondentes ao ciclo escolar adequado.

Quanto ao Ensino Médio, poucos estudantes conseguem concluir, posto que, não existe o ciclo seguinte na área do assentamento, quem quer concluir todo o ensino básico, precisa se deslocar para a área urbana do município de Candeias do Jamari. Há um ônibus que leva e traz os alunos, que estudam no período da tarde. Como descrito por uma jovem que conseguiu terminar o Ensino Médio, é muito desgastante continuar, estradas ruins, veículos inadequados, distâncias variadas, não menos que uma média de 200 km, dependendo da distância da LP, entre ida e vinda todos os dias, isso quando possível de condições.

Aí está um dos maiores problemas da evasão escolar rural, por faltar tanto, os estudantes deixam de acompanhar o ritmo e o tempo dos outros alunos da cidade, logo estão “perdidos”, expressão usada pela jovem e a vontade de não mais ir a escola acaba prevalecendo sobre o desejo de continuar os estudos.

Quanto ao nível de escolaridade dos assentados, constatou-se que 52% dos entrevistados não completaram o Ensino Fundamental, 13% completaram o Ensino Médio e 9% não foram a escola (Gráfico 7).

Gráfico 7. Nível de escolaridade dos assentados no PAF



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

4.6 Infraestrutura e pressão sobre os recursos naturais no PAF Jequitibá

As dificuldades para quem mora na área do PAF é acrescida pelo longo período de chuvas na região. Durante o inverno amazônico, várias famílias ficam completamente isoladas devido a interdição das estradas, que alagadas pelos rios que formam a bacia hidrográfica que banha o assentamento transbordam, dificultando ainda mais a vida dos agricultores.

Figura 12. PAF Jequitibá. LP-35 no período de intensas chuvas na região

Fonte: Mayara Oliveira. 2016

A pressão sobre os recursos naturais, notadamente madeireiro, no espaço do Projeto é um fato, evidente e conflituoso, é principalmente, por esta atividade, que se constata a instalação de serrarias e madeireiras naquele local, mesmo que fora do PAF, a área sofre maciça pressão sobre este recurso, especificamente. Após a criação do assentamento, houve uma transferência populacional para a região, evidenciada na ampliação perimetral do distrito

de Vila Nova Samuel. O aumento de habitantes do núcleo urbano é explicado pelo fato da Vila estar fora do perímetro do PAF, podendo, as pessoas que para lá se deslocam construírem residências e outras estruturas, além de intenso comércio e zona de concentração de atendimento por órgãos públicos, como escola e posto de saúde.

Figura 13. Atividade madeireira na LP-35 (A); Vila Nova Samuel (B). PAF Jequitibá

Fonte: Arthur M. Melo, 2016.

Já dentro do Projeto, além da exploração madeireira, devidamente autorizada pelos órgãos responsáveis, que liberam as licenças para a retirada de madeira, também há pressão da atividade agropecuária, existem muitas fazendas dentro da área do PAF. A justificativa para a existência da atividade agropecuária está amparada pela Lei Complementar nº 233/2000, do ZSEE, que no inciso II do ordenamento da Subzona 2.1, permite que as atividades agropecuárias existentes continuem a ser desenvolvidas, mas sem estímulo para expansão. Juridicamente, o que a Lei diz é que toda a atividade agropecuária que já existia antes da criação do PAF, em 2007, pode continuar, mas sem a ampliação da área.

O tráfego de enormes caminhões que transportam os animais das fazendas também contribui para as difíceis condições das estradas do PAF. A impressão é que a abertura de estradas no assentamento é apenas uma justificativa para o escoamento “adequado-facilitado” da produção agropecuária e madeireira na área. Veículos transportando a produção agrícola dos assentados não se vê, nem transporte como ambulâncias, ônibus ou mesmo veículos de

fiscalização ambiental. Das tantas vezes que estivemos no local para a coleta de dados, nunca encontramos quaisquer veículos desse tipo.

Entretanto, os caminhões carregados com muitas toras de madeiras é um encontro constante nas estradas, são grandes e pesados, assim como tratores indo e vindo. Estes arrebentam as pequenas pontes, que não são construídas para suportar toneladas de madeiras e nem o vaivém de tratores, que se movem de um lado para o outro, tanto para atender os trabalhos nas fazendas como para desatolar caminhões, derrubar e puxar as toras de dentro da mata. As várias madeireiras existentes na região são cercadas por altas cercas de tábuas, bem juntinhas, não deixando frestas para os olhos curiosos de quem passa pelas LPs do Projeto (Fig. 13(A)). Segundo o INCRA, todas as empresas que extraem madeira, tem licença ambiental autorizada pela SEDAM, de acordo com a apresentação do plano de manejo apresentado pelas mesmas.

Ainda em 2007, quando do início do processo de implantação do PAF, a madeira, que seria retirada de forma adequada pelos assentados, através do PMFSC, foi o motivo pelo qual muitos candidatos permaneceram no local. Aqueles que não acreditavam que essa forma de projeto daria certo resolveram ir embora. Alguns dos camponeses que ficaram, hoje, refletem sobre a decisão, talvez acertada, dos “companheiros” que desistiram de tal empreitada. Muitos lamentam a forma como o projeto não evoluiu no atendimento às famílias.

Os madeireiros apresentam seus planos de manejo florestal que, são aceitos e liberados pelos órgãos competentes. A vista, todo o trabalho empresarial de extração da madeira da área é legal. Logo, se está dentro da legalidade, não há necessidade de nenhum tipo de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Em um quadro geral, após uma década da implantação oficial do PAF, verifica-se que o projeto não atendeu a demanda dos clientes potenciais do programa de reforma agrária, os camponeses sem terra. Na realidade, o que vê no local, é a pressão do setor madeireiro perante os órgãos governamentais para a liberação da extração de madeira, quase toda a madeira escoada da área, passa pelas LPs do PAF.

Na estrada da LP-35 enquanto o vento nem dá conta de dispersar as nuvens de poeira vermelha levantada pelo tráfego de enormes caminhões carregados de toras, José Castanheira, um senhor assentado que mora em Vila Boa Esperança conversa e reflete sobre a imagem a sua frente e completa: “é desse jeito, eles (caminhões) acabam com as estradas, arrebentam as

pontes e nós não podemos fazer nada, tá tudo na legalidade, mas nós não pode trabalhar, porque se cortar uma madeira, é ilegal, pode até ser preso!”.

O discurso do senhor Castanheira está embasado no fato de que, mesmo os 10 ha destinados à produção de subsistência da família, é condição que a área seja cuidada, preservada ou recuperada. A lei do ZSEE/RO, para a subzona 2.1, não permite a criação de animais como porcos, cabras, carneiros e vacas, ainda que o grupo de assistência técnica que atendo o PAF, apresentasse projetos para atender ao critério de alimentação familiar e houvesse a disponibilização de créditos bancários aos assentados, a SEDAM não permitiu que se implantasse o projeto no assentamento, o que gerou revolta e desânimo nas famílias.

A ação intensiva dos madeireiros e fazendeiros na área força os assentados a se unirem para pressionar os órgãos a tomarem providências com relação a retirada de madeira no PAF. Ocasionalmente, as instituições tomam alguma decisão, embargando ou proibindo a retirada da madeira, o que geralmente acarreta tensão na área, já que os madeireiros “sabem” que os delatores são os assentados do projeto. Não raro também que, logo as decisões de proibição da exploração madeireira são “derrubadas” por liminares e autorizações conseguidas pelos madeireiros via judicial.

Para os assentados, esses imbróglios jurídicos, tornam o processo de espera e conclusão do projeto cansativo, o que gera ansiedade e impaciência contra os órgãos responsáveis pela demarcação e identificação dos lotes destinados às famílias beneficiárias.

4.7 Energia elétrica e comunicação-informação

Para poder dar suporte às famílias locais, existe a necessidade de se ampliar e aumentar a potência da rede elétrica em todo o assentamento, a energia elétrica já existe em algumas linhas, mas somente em fase de baixa, potência que é insuficiente para que se possa desenvolver a agroindústria local, sonho de muitas famílias que vêm parte de sua produção ser desperdiçada por não poder processar e armazenar adequadamente. Mesmo a onde já existe a rede elétrica, sempre nas estradas principais que cortam o assentamento, as casas mais distantes da estrada precisam de muitos metros de fios para que a ligação da luz seja feita, sem contar que o morador tem que arcar com o valor do transformador e também o medidor da energia. Como muitos não têm essa condição, acabam ficando sem a luz elétrica tão necessária a melhoria da condição de vida daquelas pessoas.

Os assentados já fizeram várias reuniões com os representantes do INCRA e da Eletrobrás, pedindo que providências sejam tomadas com relação a qualidade ou a total falta de energia elétrica no local. A Concessionaria de Energia, Eletrobrás, alega que a demora é por que o trabalho de eletrificação só pode ser realizado por empresa especializada, o que exige todo um trâmite, demorado e burocrático. Enquanto isso, os assentados moram ao lado do lago da Usina Hidrelétrica de Samuel.

De acordo com o percentual pesquisado, apenas 8 residências contam com energia elétrica fornecida pela Eletrobrás/RO; 2 famílias utilizam energia solar, 1 morador usa motor gerador e 13 famílias não contam com nenhum tipo de energia elétrica. Ter instalação elétrica em casa na área do PAF, não significa que as famílias tenham energia, a falta de luz é uma realidade constante, segundo os moradores, são muitas horas por dia sem energia, o que causa prejuízo financeiro, principalmente no desperdício da produção que é armazenada em refrigeradores.

Quanto à comunicação, somente em Vila Nova Samuel existe a telefonia rural fixa via celular. Os habitantes de toda a área do PAF contam apenas com uma operadora para a prestação do serviço.

Os moradores das linhas, quando precisam se comunicar com parentes ou tem outras necessidades, se deslocam até o Distrito para fazer as ligações. O uso do celular pelos moradores, devido ao alto custo, é por extensão, apenas por necessidade. Quando há notícias urgentes vindos de parentes ou instituições para os assentados, os moradores de Vila Samuel enviam o “recado” para o “endereço” por qualquer pessoa que vá para o lado onde resida o destinatário.

As informações de mídia chegam até os moradores do PAF através das ondas de rádio e via parabólica. Em quase todas as residências, que contam com alguma forma de energia elétrica, existe antenas que captam o sinal dos canais televisivos. É desta forma, que os moradores têm acesso às notícias, novelas, futebol e se mantém atualizados sobre o que acontece no Brasil e no mundo.

4.8 A experiência agroflorestal na produção econômica no PAF Jequitibá

No trabalho de produção agrícola dos assentados do PAF, a mão de obra é toda familiar, ou seja, a força do trabalho é o único insumo que as famílias dispõem para produzir o que necessitam para a subsistência e comercialização do excedente.

Para que a modalidade PAF dê certo, é necessário que os assentados passem a ter práticas extrativistas típicas das comunidades amazônidas tradicionais, sistema de produção que sustenta as famílias e possui todos os ingredientes ambientais necessários para que o ambiente possa ser reciclado e renovado.

Nas propriedades das famílias do PAF, percebe-se uma miscelânea de vida nas roças agroflorestais, é a agrobiodiversidade se apresentando, um conjunto de muitos organismos vivos ocupando o mesmo espaço usado pela agricultura (Fig. 14).

Figura 14. Propriedade de 10 hectares - Sistema agroflorestal - LP-35 (A; B)

Fonte: Aldecira P. Miranda. 2016.

A finalidade do projeto PAF, é (seria) que ao final de todo o processo de implantação, os agricultores, ali assentados, sejam autônomos e possam buscar e tomar decisões próprias. Para que este objetivo seja alcançado, o INCRA e outros órgãos auxiliaram e ainda auxiliam nesse processo de construção. A elaboração do PMFSC teve início em julho de 2013, e o INCRA/SR17 esperava poder atender as famílias assentadas que aguardam pela a efetivação do projeto que pode viabilizar a atividade extrativista e madeireira no PAF Jequitibá. Até o início de 2017, o PMFSC ainda não tinha sido implantado, o INCRA alegava falta de recursos financeiros para a efetiva conclusão.

Ainda que em precárias condições de atendimento e apoio, as famílias tentam levar a vida com o máximo de dignidade. Plantam, colhem e comercializam da melhor maneira que podem, já que não há nenhuma política dirigida à comercialização da produção local.

Também existem outras questões que exigem atenção e atendimento, para que os assentados possam ter o mínimo de cidadania. Para adentrar as linhas de penetração (LPs), os assentados têm de ir e vir de bicicletas, motos, caronas ou mesmo a pé, em conformidade com suas necessidades (e disposição).

Em linhas gerais, as condições de vida das famílias que residem no PAF Jequitibá não são das melhores. É difícil falar de cidadania em uma comunidade quase desassistida de seus direitos mais básicos, saúde, educação, e infraestrutura. O Projeto idealizado prever acesso à linhas de créditos às famílias, assistência técnica, bem como condições para o escoamento do que pode ser comercializado.

Mas, a realidade existente no PAF é outra, o apoio e assistência aos beneficiários é reduzidíssima, levando muitas famílias a abandonarem os lotes recebidos nas linhas, onde constata-se, não há a menor condição das famílias residirem. Essa condição de morar no local é uma "imposição" da política de assentamento do INCRA. Porém, como explicam os assentados, é quase impossível viver em um local esquecido pelas autoridades que deveriam dar apoio e condições de sobrevivência, para que assim, se pudesse trabalhar e viver com dignidade.

4.9 O trabalho camponês no PAF Jequitibá

O PAF Jequitibá é marcado por uma pluralidade diversa, é um espaço caracterizado por diferentes culturas, visões e interpretações, porém, ao mesmo tempo que são distintas essas características, elas não só assinalam a unidade do grupo perante as autoridades na busca das conquistas coletivas, mas também permitem que as pessoas mantenham sua individualidade, sua crença, costumes e, acima de tudo, a confiança da liberdade de opções e escolhas de caminhos diferentes.

O camponês do PAF é marcado pela luta diária. Este traz consigo, uma percepção que não pode ser menosprezada, pois muitas vezes transmite um conhecimento tácito, fundado na experiência de vida camponesa. A distinção da produção econômica dos camponeses do PAF se caracteriza pelo trabalho familiar, ou seja, pelo controle dos próprios meios de produção.

No PAF Jequitibá, a produção agrícola é comum a todas as famílias, composta basicamente de mandioca, macaxeira em maior escala, abacaxi, banana, além da produção de

colorau, doces e polpas de frutas (carambola, maracujá, acerola, cupuaçu, graviola e outras frutas plantadas em menor quantidade).

A semelhança de produtividade acontece porque o PAF está em uma área diferenciada ambientalmente. Os produtores precisam “adequar” o seu cultivar ao lugar, assim como moldar a própria vida ao equilíbrio estabelecido entre a conservação do ecossistema e as atividades agrícolas.

O espaço destinado a produção agrícola de subsistência é de 10 hectares, denominado de lote, em oposição ao espaço coletivo delimitado pelo plano de manejo florestal, que deveria ser trabalhado por todos os assentados. Esse lote é o núcleo familiar rural enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Assim, ainda que as “coisas” não estejam do jeito que desejam, os assentados direcionam todo o seu esforço para manter a pequena propriedade.

Além da demora burocrática e as rígidas condições para atendimento da política de assentamento do Governo, a constância da malária e da falta de apoio estrutural contribuíram para que muitos camponeses abandonassem o local. Os filhos foram crescendo e necessitando de melhores escolas, atendimento a saúde, lazer e cultura, todavia, essas condições não chegaram de forma devida e de direito para as famílias assentadas e, cansados de esperar pelas decisões dos órgãos envolvidos na implantação do Projeto, preferiram abrir mão do sonho de ter um pedaço de terra e viver na roça (definição muito usada pelos camponeses) e mudaram-se para os núcleos urbanos em busca de melhores condições de vida.

Apesar de hoje, quase todos que ficaram já terem direito aos seus lotes mesmo que muitos não saibam onde estes estão localizados, já que a metodologia inicial do Projeto é de uso coletivo, depois de dez anos de espera, as condições de atendimento a estes camponeses é bem complexa, visto que a terra é pobre para a prática da agricultura, logo, estes precisam de assistência técnica constante. No entanto, também não é fácil para os técnicos, porque até o memento, não foi possível fazer um atendimento adequado, como uma intensa correção de solo, que exige matéria-prima como o calcário e maquinários apropriados para a realização do trabalho.

No período de intensas chuvas na área, especialmente de novembro a fevereiro, várias LPs, as mais distantes, ficam totalmente isoladas, e as dificuldades para os assentados só aumentam, com muitos casos de malárias e a impossibilidade de transportar a produção

excedente para comercializar. Esse é um dos momentos mais críticos para quem vive no Projeto, tudo que é produzido se perde. Os camponeses adotaram a estratégia de produção mínima nesse período e assim, evitar os prejuízos.

Junte-se a todos esses problemas, a falta de energia na maior parte do assentamento, há sim, uma produção significativa que é realizada com muito esforço pelos camponeses, porém, esta é desperdiçada, apodrecendo ou servindo como alimento para os animais domésticos, pois, além da dificuldade de escoamento, o que poderia ser processado, e guardados em congelamento, como as polpas das frutas, sucos, vinhos, macaxeira, galinha caipira etc., têm de ser descartados, ou no máximo, serem comercializados com atravessadores que pagam o preço mínimo pelos produtos.

Há um prejuízo aos camponeses causados pelo desperdício de sua pequena, mas constante produção. Se atendidos devidamente pelas políticas públicas, de todas as instâncias governamentais, as condições de vida social e econômica daquela população seria bem melhor. Mas, todos esses problemas que afligem e que dificultam a vida dos assentados no PAF, podem ser amenizados perante a intervenção de todos os órgãos envolvidos, basta que, para isso, se amplie as ações de intervenção com organização e racionalização, desta forma, é possível, sim, promover o atendimento e o desenvolvimento sustentável, regional, econômico e social.

Os assentados do PAF não dispõem de transporte efetivo individual ou coletivo que lhes permita comercializar seus produtos em feiras ou com o comércio regional. É o resultado dessa produtividade que garantiria a eles o direito a uma qualidade de vida mais fácil e tranquila, com a elevação de rendas resultantes da produção agrícola. No entanto, o assentado necessita que lhe seja dada mais opções de desenvolvimento, além das já existentes, que, se bem empregadas e desenvolvidas, já facilitariam bastante a vida das famílias o PAF.

O que se constata é que, nem todos os objetivos do projeto, nesses dez anos foram alcançados, metas simples e básicas, como assentamento das 597 famílias, eletrificação de todo o assentamento e infraestrutura adequada, até o momento, não foram concluídas.

A exigência da preservação do meio ambiente em conformidade com os conceitos básicos de sustentabilidade cobra um maior engajamento do camponês de forma diferenciada, visto que, as necessidades imediatas desse homem, não são as mesmas da esfera burocrática. O INCRA tem por função primordial, preparar a terra para que esse homem possa nela habitar e de lá tirar o seu sustento, com toda a dignidade que lhe é de direito.

Quanto ao nível populacional, o PAF Jequitibá, tem 507 famílias assentadas, segundo dados da EMATER/RO (2016), que estão distribuídos em cento e trinta e sete mil hectares de terra. No entanto, a centralização população da área está agrupada em dois aglomerados principais, que são: o distrito de Vila Nova Samuel – localizada fora do perímetro do assentamento e Vila Boa Esperança, na LP-35, 28 km a partir de Vila Nova Samuel.

Decorrendo do resultado da pesquisa, constatou-se a falta de estrutura e apoio, mas não um grau de subordinação por parte dos assentados às condições vividas, apenas momentos de dúvidas, quanto ao Projeto dar ou não certo. Fica evidente que, pelo menos parte dos problemas existentes podem ser resolvidos com políticas sociais de atendimento aos assentados. Estas políticas podem ser medidas que venham a contribuir para a diminuição dos abandonos dos lotes e também para a submissão da condição de subemprego nas (muitas) serrarias, madeireiras e fazendas na área (dentro e fora) do PAF.

Se não houver atendimento de políticas públicas de incentivo e apoio aos camponeses do PAF, a condição modernizadora da modalidade (PAF) ficará limitada (ou nem isso) e comprometida. Restando apenas a ideia de transformações de antigos modelos de assentamentos em roupagens novas, travestidas de ideias modernas, mas com todas as características de modelos passados e desgastados, que não trouxeram benesses ao público alvo, ou ao desenvolvimento local. Este é um processo permeado por ambiguidades: o camponês deveria retirar parte de seu sustento da floresta, no entanto, não lhe é permitido serrar uma única madeira, “enquanto caminhões de toras desfilam” (José Ipê) a frente dos assentados.

Foi um desafio, tentar captar as diversas manifestações que se apresentam no processo de desenvolvimento do PAF Jequitibá.

CONCLUSÃO

Se não se socializa a terra,
A terra do campo e a terra urbana,
A saúde, a educação, a comunicação [...]
Se não se socializa esses bens maiores,
essenciais, não haverá PAZ.

(Dom Pedro Casaldáliga)

Ao final do percurso desta pesquisa, foi possível elaborar algumas considerações a respeitos dos impactos sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento do Projeto de Assentamento Florestal – PAF – Jequitibá.

Diante da realidade vivida pelos assentados, surgiram algumas questões inerentes às condições adversas encontradas na área do assentamento. A complexidade das relações homem-natureza e a necessidade da produção e reprodução, demanda para o PAF Jequitibá, um ordenamento social e geográfico ditado por instituições e normas jurídicas que delimitam as disputas pelo espaço em questão, o PAF.

O PAF Jequitibá é, em certa medida, a forma expressa - e visível - de um projeto que, em dez anos de implantação de desenvolvimento, não se completa em todos os aspectos relacionados para o qual foi pretendido nos seus objetivos iniciais. O resultado dessa contradição é falho e quem tem padecido com esta falha, por conseguinte, não é só os assentados, mas toda a comunidade, que também seria beneficiária do resultado de bem-estar social dos trabalhadores familiares rurais, de sua produção socioambiental e econômica.

Ademais, implica reconhecer que essa falha contraditória traz prejuízos para a população, em especial aqueles que dependem totalmente do atendimento das políticas públicas governamentais. A contradição se reflete na demora dos órgãos públicos responsáveis por desenvolver tais políticas.

Somado a isto, em reuniões dos camponeses para a discussão sobre a condição vivida no PAF, observamos que estes buscam fortalecer e ou estabelecer alianças para que assim possam melhor atingir seus objetivos e amenizar as dificuldades presentes. logo, as

mobilizações são um método indispensável para levar as reivindicações aos órgãos competentes e buscar soluções para tantos problemas enfrentados nestes longos dez anos.

Estas lutas constituem as linhas condutoras através das quais estes podem ter suas exigências atendidas, as mobilizações, caracterizam e corporificam as buscas para as soluções práticas dos problemas que permeiam as suas realidades, é a luta pela melhoria da situação difícil nas quais se encontram, é também pela luta que estes procuram fortalecer a unidade camponesa. Os assentados procuram resolver questões básicas, como a falta de energia na área do assentamento, infraestrutura, atendimento a saúde e educação, assim como programas (políticas públicas) que os atenda e dê sustentabilidade a produção agrícola.

A condição de sustentabilidade é uma premissa essencial para o desenvolvimento e para a abertura de novos paradigmas sobre o progresso ambiental em áreas de conservação. Outrossim, após a conclusão das análises do trabalho de campo, podemos extrair algumas sentenças: o trabalho desenvolvido no PAF durante estes dez anos, da forma como foi conduzida, dificilmente, poderá se repetir em escala, visto que, a demora na conclusão do projeto é longa; a data para a conclusão do projeto, segundo o órgão responsável pela a implantação da modalidade é de trinta anos, em média.

Os objetivos e metas, espelho de tais transformações no PAF, não se concretizaram conforme preconiza o projeto inicial, ainda que se tente recuperar os princípios originais do projeto, o desenvolvimento de um PMFSC vai levar outro tanto de anos para se tornar viável e trazer resultados cristalizados aos assentados. A se olhar pelo processo corrente, a luta dos camponeses que visa lograr êxito não apenas na forma estrutural, mas também a nível de um desenvolvimento socioeconômico, a política pública PAF, demonstra como é inegavelmente contraditório o que preconiza as leis que visam a colocação do homem na terra e sua real efetividade.

Existe sim, certo esforço por parte dos órgãos em ajustar a modalidade PAF, ela não é de toda ruim, só precisa ser adequada, reestruturada e, eficaz em sua finalidade. Possibilidade para uma real transformação existe, mesmo com todas as limitações, de recursos financeiros e humano, é preciso colocar que, o que se tem até agora, não é suficiente para mudanças intensas, mas pequenas transformações no atendimento aos assentados, é preciso trazer melhorias mais profundas na vida daquelas pessoas.

Os entraves para o desenvolvimento do projeto são muitos, mas, se todos os responsáveis, gestores/executores e camponeses tomarem as ações por um conjunto de ideias,

é possível encontrar solução para tão difícil questão. O PMFSC, instrumento essencial para o desenvolvimento do modelo em tese, pode ser o princípio acelerador para tal melhoria. Bastar lembrar que todas as famílias assentadas dependem das ações de desenvolvimento indicadas no Projeto.

Um dos entraves percebidos na realização dos trabalhos desenvolvidos pelo INCRA e ATES é que, as atividades são constantemente paralisadas, devido a diversas formas de intervenção por parte do poder judiciário. Existem muitas liminares emitidas pela justiça a pedido de proprietários que, agora, aparecem com documentos "comprovando" a posse de áreas que antes estavam demarcadas para o assentamento das famílias. Até fins de julho de 2016, foram 132 liminares impetradas pela justiça, segundo informação do INCRA. Enquanto as liminares não são suspensas, as equipes de trabalho não podem executar as ações do Projeto.

Em contrapartida, os créditos financeiros, mesmo que parcos, contribuíram para uma melhoria mínima da condição de vida dos assentados. A construção das residências e a compra de materiais, como pequenas ferramentas para a execução das atividades agrícolas iniciais, aliviaram a difícil condição vivida nos primeiros anos do assentamento.

Há muitos questionamentos com referência a esta nova estruturação dentro do complexo agroextrativista do assentamento PAF Jequitibá. Considerando que o desenvolvimento do projeto em totalidade e objetivos só será possível através da prática do PMFSC, buscou-se, pelo viés da pesquisa científica, analisar como se deu o desenvolvimento socioeconômico da política pública de reforma agrária, modalidade PAF em uma década, de 2007 a 2017 para os beneficiários assentados.

No PAF Jequitibá observamos que esse agricultor que é obrigado a surgir na condição de produtor moderno, encaixado dentro de novas tipologias dos padrões desenvolvimentista e preservacionista, que pede tecnologia para mover sua produção, ainda é em essência, o camponês tradicional, que impelido a modificações na sociedade moderna, se obriga a transformações, no entanto, não rompe em sua totalidade com as características que formaram a tradição camponesa de terra-trabalho-família.

Ainda que, os assentados tenham autonomia para a produção econômica, evidenciada pela condição de prover o núcleo familiar das necessidades básicas de subsistência, isso não significa que a reprodução e constituição do grupo esteja assegurada, visto que a forma tradicional de produção camponesa baseada na agricultura-pecuária não se assenta na

modalidade PAF, fundamentada na condição de que no Projeto não é permito a criação de animais. A criação de animais domésticos como suínos, caprinos e bovinos, faz parte da tradição camponesa. As famílias assentadas no PAF reivindicam o direito a essa tradição, inúmeras solicitações já foram levadas ao governo Estadual e também aos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas do Estado.

Com a demora na conclusão do PMFS, alguns assentados têm desistido da longa espera de dez anos. Muitos destes vivem em condições muito difícil dentro do assentamento, como mostra os resultados da pesquisa de campo. Na LP-50 não existe um único poste de energia elétrica, estradas precária, só no período do verão amazônico, assistência médica básica, inexistente. Não se sabe exatamente se ainda será possível a implantação do PMFSC, que, após tanto tempo, e com a retirada de madeira da área por madeireiros e fazendeiros, a modalidade PAF venha a atender aos objetivos propostos em seu escopo inicial no ano de 2007.

A tempo, concluímos que, o trabalhador posseiro que chegou ao PAF antes de 2007, o sem terra que acampou à margem do rio Ajuricaba em 2006, corpo de muitas malárias e outros males, que viveu na floresta, sem comida e que se protegia da chuva e do sol sob barracos de palha e lona, ainda não é um extrativista florestal, passo que a modalidade não se desenvolveu em sua plenitude, ele, esse trabalhador camponês, tornou-se apenas um número de assentado nos dados do INCRA, nesta condição, também não consegue ser um camponês tradicional, com suas tradições e costumes, visto que, parte das atividades que lhe caracterizam como trabalhador do campo, não podem ser desenvolvidas no espaço PAF. Por tudo aqui exposto, podemos dizer que, o assentado beneficiário do PAF Jequitibá, não é, em plenitude, nem camponês nem extrativista florestal.

Por fim, ressaltamos que há perspectivas para a realização de novos trabalhos acadêmicos científicos na área do PAF Jequitibá, mesmo porque não fora possível abordar todas as temáticas que emergiram durante o percurso de realização deste estudo, sendo esta uma lacuna que precisa ser preenchida com outras vertentes que o tema (modalidade PAF) estende.

REFERÊNCIAS

ALENTAJANO, Paulo. Estrutura fundiária. *In*: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALVARENGA. Estelbina Miranda de. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa**. 2 ed. Versão em Português: Cesar Amarilhas. 2010, Assunção, Paragauai.

BOCA, Marivania Cristina. A pesquisa em produção de sentidos: vozes dos adolescentes em conflito com a lei. *In*: BATISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de (Org.). **Metodologias de Pesquisa em Ciências**: análises quantitativa e qualitativa. LTC editora, Rio de Janeiro, 2007.

BIZZO, Maria Nilda da Silva. O Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) de Rondônia: sua lógica e os conflitos sociais. *In* **anais**: encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), V.9, 2001. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/88>. Acesso em: 16 de fev de 20017.

BRASIL, **Estatuto da Terra**. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 30 de nov de 215.

_____a. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 544 p.

_____b. **REFORMA AGRÁRIA**: compromisso de todos. Publicações, Coleção Reforma Secretaria de Comunicação de Governo– Documentos da Presidência da República, Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM>. Acesso: 06 de mai 2009.

_____c. **Fundo Amazônia. Relatório de atividades 2015**. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio_Anual/RAFA_2015_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 03 de set de 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O potrocampesinato negro nas Américas. 1 reimpr. da 1ed. de 1987, São Paulo, Brasiliense, 2004.

CARNEIRO, Neri de Paula, **A Invenção de Rondônia,** 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/INVEN%C7%C3O%20DE%20ROND%D4NIA%20APONTAMENTOS%20PARA%20ESTUDO%20DAS.pdf>. Acesso em: 05 de jun 2008.

CARNEVALLI, José Antonio; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Desenvolvimento da pesquisa de campo, amostra e questionário para realização de estudo tipo survey sobre a aplicação do QFD no Brasil**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2001_tr21_0672.pdf>. Acesso em: 29 de abr de 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antonio, **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios, 24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural**. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/.pdf>. Acesso em: 11 de jun de 2016.

Diário Oficial da União (DOU). Seção 1, nº 108, 07 de junho de 2007. Pag. 70-72. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 215, de 06 de junho de 2006.

CAVALCANTI, Clovis (Org.), **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**, 4 ed. Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo, Moderna, 1996.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Agricultura camponesa. *In*: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica**: Teoria e Prática. 2 ed., Rio de Janeiro, Axcel Books, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: Aportes metodológicos. Campinas, SP. Papirus, 2001. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 22 de dez de 2015.

EMATER-RO, **Plano de Desenvolvimento do Assentamento –** PDA, PAF Jequitibá, Núcleo operacional: Candeias do Jamari, 2012.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? LANDER, Edgardo (org.), **Colección Sur Sur, CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set/2005, pp. 133-168, disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>, acesso: 07 de jun 2013.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões cultuais e epistemológicas e as condições de produção. *In*: **Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade** (GEPI). V.1, nº 2, São Paulo, PUCSP, out. 2012. Disponível em: <http://www.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-2-gepi-out12.pdf>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf>. Acesso em: 25 de abr de 2016.

FERREIRA, Maria Madalena. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. *In* ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva & SILVA, Ricardo Gilson da Costa (Orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas**.** Curitiba, SK Editora, Porto Velho, PPGG/UNIR, 2012.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico:** Elaboração e formatação. Explicitação das Normas da ABNT. Porto Alegre (RS), 2006.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecilia Maria Chaves. **Ciro Flamarion S. Cardoso e a questão da brecha camponesa**. Disponível em:

<http://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1243>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

GARCIA, L.; NASCIMENTO, S.S.; SOUSA, S.S. E.; RIBEIRO, J. FAMÍLIA COMO ARMADILHA: o outro lado da agricultura familiar. *In* **Revista de Ciências Sociais** – POLÍTICA & TRABALHO, nº 38, Abril de 2013, pp. 251-269. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15077/9438>. Acesso: 24 de abr de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed., São Paulo, Atlas 2010.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed., Atlas, São Paulo, 2008.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. V.1, São Paulo, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, UNESP, 2009. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade-do-campesinado-vol1.pdf>. Acesso em: 18 de dez de 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio - 1963. *In*: STEDILE, Joao Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

_____. As frentes da luta de classes no campo brasileiro - 1960. *In*: STEDILE, Joao Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. Interdisciplinaridade e integração de saberes: pressupostos de análises para o direito ambiental. *In* **Rev. de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**. Vol. 2, nº 1. Jan/jun, 2011, Natal. Disponível em: <http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/166/448>. Acesso em: 10 de mai. de 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995. Disponível em: < http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgoWcAE/raizes-brasil-sergio-buarque-holanda-pdf.>. Acesso em: 12 de mai. de 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília, Embrapa, 1998.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria/INCRA nº 1.141/2003**: Cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal-PAF. Publicada no Diário Oficial da União em 06 de janeiro de 2004.

_____. **O que é um assentamento**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 15 de dez de 2016.

INCRA/SR17. **Implantação do Núcleo Urbano no PAF Jequitibá**, setembro/2013. Equipe de Trabalho.

_____. **Projeto básico para elaboração do Projeto de Manejo Florestal Sustentado no PAF Jequitibá**, julho/2013. Equipe de Trabalho.

_____. Informações Gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária: **Painel de Assentamentos**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 27 de ago de 2017.

_____. Plano de Trabalho. **Termo de Compromisso**: MPF/INCRA. 2013. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/Termo%20de%20Compromisso%20-%20INCRA.pdf>. Acesso em: 16 de ago de 2015.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento rural. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A questão da agricultura de subsistência. *In*:. V.1, Núcleo de Estudos Agrários de Desenvolvimento Rural. WELCH, Andrew Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas Brasília, UNESP, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Camponeses%20Brasileiros%20I(1).pdf>. Acesso em: 12 de nov de 2015.

MACHADO, Jeanne Margaretha, **PAF JEQUITIBÁ:** Ponto de Encontro entre a Questão Agrária e Ambiental (Dissertação de Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Rondônia, PPGG, Porto Velho, 2008.

MADEIRA, Welbson do Vale. **Plano Amazônia sustentável e desenvolvimento desigual**. Ambiente & Sociedade, V. 17, nº 3, p. 19-34, jul-set/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n3/v17n3a03.pdf>. Acesso em: 08 de jun de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. 2 reimpr., São Paulo, Atlas, 2009.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em: 26 de abr de 2016.

MARTINS, Clitia Helena Backx; OLIVEIRA, Naia (Orgs). **Indicadores econômicos-ambientais na perspectiva da sustentabilidade**. Doc. FEE nº 63, FEPAM, porto alegre, 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/documentos/documentos_fee_63.pdf>. Acesso em: 08 de mai de 2016.

MARTINS, José de Souza, **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza, **O Cativeiro da Terra,** 4. ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

_____, **Expropriação e Violência.** A questão política no campo, 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1991.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/.../patricia.pdf>. Acesso em: 14 de dez de 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, Fase, 1989. Disponível em: <http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/movimentos_sociais_rurais/Historia%20dos%20Movimentos%20Sociais%20no%20Campo.pdf>. Acesso em: 22 de dez de 2015.

MELO, João Alfredo Telles (org.), **Reforma Agrária Quando?** CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil, Brasília, 2006.

MIGUEL NETO, Sulaiman. **Questão agrária**, doutrina, legislação e jurisprudência. 1. ed. Campinas, Bookseller, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Entre Voos de Águias e Passos de Elefante: caminhos da investigação na atualidade. *In*: MINAYIO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2002.

MESQUITA, H. A. **O conflito na Fazenda Santa Elina,** o massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular. In rev. Pegada, v.4, n 2, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Cira/Downloads/887-2475-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 de abr de 2014.

Ministério do Meio Ambiente. **Coletânea de legislação para o Licenciamento Ambiental**: Assentamentos de Reforma Agrária, v.2. 367p. Brasília, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. A Reforma Agrária Esforçada. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, ALY JUNIOR, Osvaldo (Org.). **Assentamentos Rurais:** Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo, 2005. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

NODA, Hiroshi. **Agricultura sustentável na Amazônia**. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/01/19/hiroshi-noda-agricultura-sustentavel-na-amazonia/>. Acesso em: 16 de dez 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *In* **Rev. Estudos Avançados**, n.15, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 04 de abr de 2015.

OLIVEIRA, Joana D`Arc de. Metodologia de pesquisa. **Aula 02**: O Processo de Pesquisa. Tópico 02: Tipo de pesquisa. Universidade Federal do Ceará, Instituto UFC Virtual. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/gad/I_a_H/metodo_de_pesquisa/aula_02-2324/pdf/02.pdf>. Acesso em: 02 de mai de 2016.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de, **Dinâmica Populacional e Social na Região Amazônica**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/textos>. Acesso: 05 de jun 2008.

ONU Brasil, **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>, acesso: 01 de jul 2013.

OTT, Ari Miguel Teixeira, **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos**: o PLANAFLORO em Rondônia. (Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Interdisciplinaridade**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro. Dicionário da Educação Profissional em Saúde, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html>. Acesso em: 09 de mai. de 2016.

PERES, João. **Corumbiara**: caso enterrado. Santo André, SP. Ed. Elefante, 2015.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas**. <http://webpages.fc.ul.pt/~ommartins/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

_____. **Interdisciplinaridade e Integração dos Saberes**. Disponível em: < http://cfcul.fc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/interdisciplinaridadeintegracao.pdf>. Acesso em: 10 de mai. de 2016.

PHILIPPI Jr., Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo; FERNANDES, Valdir. **Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais**. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/423/353>. Acesso em: 07 de jul de 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo, Brasiliense, 2012.

PTDRS: **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável: Territórios de Rondônia** – Território Madeira Mamoré. Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA, Porto Velho, 2014.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

RONDÔNIA, **Lei do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia** (ZSEE). Lei Complementar n. 233, de 06 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/25-10-13-21-31-31lei%20%20233%20atualizada.pdf>. Acesso: 23 de jun de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110080>. Acesso em: 11 de jun de 2016.

_____. **Rondônia**: Candeias do Jamari. Histórico. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=110080. Acesso em: 13 de dez de 2015.

SAUER, Sérgio. Articulações em defesa da reforma agrária. In: ALENTAJANO, Paulo. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Desenvolvimento sustentável. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Valter Israel da. **Classe camponesa**: modo de ser, de viver e de produzir. Instituto Cultural Padre Josimo. 1 ed., Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/38578758-Valter-israel-da-silva-classe-camponesa-modo-de-ser-de-viver-e-de-produzir-instituto-cultural-padre-josimo-candiota-rs.html>. Acesso em: 19 de abr de 2015.

SILVEIRA, Diego Soares da. **Narrativa histórica, etnográfica e reforma agrária em um assentamento rural**. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5344>. Acesso em: 11 de out de 2016.

SCHORNER, Anderson Ricardo. Sustentabilidade. *In* **Revista Bicicleta**, ed. 54, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.revistabicicleta.com.br/bicicleta.php?&id=2761>. Acesso: 10 de set de 2015.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *In*: **Rev. Nera**, ano 8, n 7, Jul/Dez de 2005. Disponível e: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>. Acesso em: 12 de nov de 2013.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária – 1946-2003. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012a.

_____. Reforma Agrária. *In* CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012b.

STRAZZACAPPA, Cristina, MONTANARI, Valdir. **A questão das terras no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo, Moderna, 1999.

THÉRY, Hervé. A região pioneira de Rondônia trinta e nove anos depois. *In* ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva & SILVA, Ricardo Gilson da Costa (Orgs.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia**: Reflexões Geográficas. Curitiba, SK Editora, Porto Velho, PPGG/UNIR, 2012.

THUMS, Jorge. **Acesso à realidade**: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas, Ed. ULBRA, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 12 de mai. de 2016.

VALLE, Luiz Fernando do, **O que é Sustentabilidade?** Disponível em: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.blograizes.com.br/wp-content/uploads/2008/08/2008_08_22_triangulo01>. Acesso: 06 de out 2014.

VEIGA, José Eli da, Agricultura familiar e sustentabilidade. *In*: **Caderno de Ciência & Tecnologia**, v.13, n.3, p.383-404, Brasília, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/Cira/Downloads/9009-29535-1-PB.pdf. Acesso em: 12 de nov de 2015.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, Andrew Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. V.1, Núcleo de Estudos Agrários de Desenvolvimento Rural. Brasília, UNESP, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Camponeses%20Brasileiros%20I(1).pdf>. Acesso em: 12 de nov de 2015.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. João Pedro STEDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

WITKOWSKI, T. H; FELÍCIO, M. J. O Campesinato e a Gestão Ambiental: Limites e Perspectivas. 5th **Academic Iternacional Workshop Advences in Cleaner Production**, São Paulo, Brazil, May, 20th to 22nd, 2015. Disponível em:

<http://www.advancesincleanerproduction.net/fifth/files/sessoes/4B/5/witkowski_and_felicio_academic.pdf>. Acesso em: 27 de abr de 2016.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Lei do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Atualizada. Lei Complementar N.º 233, de 06 de junho de 2.000. disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/images//2016/abril/coordenadorias/codef/arquivos/LEI-COMPLEMENTAR-N-233_2000_ZSEE.pdf>. Acesso em: 2b5 de nov de 2015.